

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓREITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Leonardo de Lima Rossini

**AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SOROCABA: A
FACULDADE DE MEDICINA E A FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS.**

**Sorocaba/SP
2015**

Leonardo de Lima Rossini

**AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SOROCABA: A
FACULDADE DE MEDICINA E A FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

**Sorocaba/SP
2015**

Ficha Catalográfica

Rossini, Leonardo de Lima
R744o As origens da educação superior de Sorocaba : a Faculdade de
Medicina e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / Leonardo de
Lima Rossini. -- 2015.
73 f.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2015.

1. Ensino superior – Sorocaba - História. 2. Universidades e
Faculdades – Sorocaba - História. I. Sandano, Wilson, orient. II.
Universidade de Sorocaba. III. Título.

Leonardo de Lima Rossini

**AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SOROCABA: A
FACULDADE DE MEDICINA E A FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: ____/____/2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Prof Dr. Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo
Universidade de Sorocaba

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe que foi e tem sido uma pessoa decisiva para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Ao professor, orientador e amigo Wilson Sandano, que me proporcionou ensinamentos e questionamentos nas horas mais confusas em minhas pesquisas.

Aos professores Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho e Jefferson Carriello do Carmo que compuseram minha banca examinadora, pela contribuição para que meu trabalho fosse finalizado.

À minha mãe Maria Rosa de Lima Macool que atuou e atua na base da minha educação como ser humano, sensível às percepções do mundo em que vivo. Horas de dedicação incondicional como a pessoa mais bondosa e justa que já conheci.

*"A educação serve para libertar os
jovens dos constrangimentos não-
naturais de uma ordem social malévola
e arbitrária".*

Jean-Jacques Rousseau

*"Dizem que os acadêmicos e
intelectuais devem ser neutros, mas não
há neutralidade no pensamento".*

Florestan Fernandes

RESUMO

Esta pesquisa analisa, historicamente, a formação e a institucionalização do processo de educação superior em Sorocaba com as instalações da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e da Faculdade de Medicina. Contribuindo para a historiografia local, este trabalho lança a hipótese de como essas primeiras instituições de educação superior foram resultado de uma série de articulações políticas envolvendo o poder público municipal, o setor industrial e a Igreja Católica. Apesar dessas articulações resultarem concretamente com a instalação de dessas duas faculdades é de se ressaltar que os resultados foram surpreendentes se considerarmos que no final do Estado Novo, em 1945, encontrara uma Sorocaba numa situação bastante desfavorável às tentativas de se afirmar como um centro de educação superior. A ideia da instalação das primeiras faculdades da cidade de Sorocaba, começou a ser constituída com o prefeito Gualberto Moreira, o industrial José Ermínio de Moraes e o Cônego André Pieroni Sobrinho. Esta pesquisa ainda destacou Pe. André Pieroni: professor e político que foi um dos grandes responsáveis pela criação das primeiras Faculdades de Sorocaba, porém, nunca se juntou esses fatos para a elaboração de um trabalho que discuta a história da educação superior na cidade e a sua participação nesse processo. Três expressões da materialidade histórica se configuram como ferramentas de pesquisa: as fontes documentais localizadas, organizadas, examinadas e sistematizadas criando o corpo metodológico. Os procedimentos de análise, potencializados, por meio da produção historiográfica sobre a história da educação superior no Brasil, no período da década de 1950.

Palavras-chave: Educação Superior, Pe. Pieroni, 1950, Filosofia, Medicina

ABSTRACT

This inquiry analyses, historically, the formation and the institutionalization of the process of superior education in Sorocaba with the installations of the Faculty of Philosophy Sciences and Letters and of the Faculty of Medicine. Contributing to the local historiography, this work launches the hypothesis of as these first institutions of superior education were a result of a series of political articulations wrapping the public municipal power, the industrial sector and the Catholic Church. In spite of these articulations they result concretely with the installation of from these two faculties it is of standing out that the results were surprising I were considered what in the end of the New State, in 1945, had had found a Sorocaba in a quite unfavorable situation to the attempts of affirming like a center of superior education. The idea of the installation of the first faculties of the city of Sorocaba, André Pieroni Sobrinho began to be appointed by mayor Gualberto Moreira, the industrialist José Ermínio de Moraes and the Canon. This inquiry detached priest André Pieroni: teacher and politician who was one of the great persons in charge for the creation of the first Faculties of Sorocaba, however, never gathered these facts for the preparation of a work that discusses the history of the superior education in the city and his participation in this process. Three expressions of the historical materiality are shaped like tools of inquiry: the documentary located, organized, examined and systematized fountains creating the body methodological. The proceedings of analysis, leveraged through the production historiographic on the history of the superior education in Brazil, in the period of the decade of 1950.

Keywords: Higher Education, Priest Pieroni, 1950, Philosophy, Medicine.

LISTA DE FIGURA E TABELAS

Figura 1. Estado de São Paulo, RA de Sorocaba por Regiões de Governo, AU de Sorocaba e municípios selecionados (São Paulo e Campinas).	39
Tabela 1. Expansão do Sistema de Ensino Superior:.....	20
Tabela 2. Grau de urbanização e população total, Estado de São Paulo, RA, Sub-regiões e municípios da Sub-região de Sorocaba, 1940-1960	41
Tabela 3. de origem e destino da primeira turma da Faculdade de Medicina de Sorocaba:.....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	15
2.1 O movimento de modernização do ensino	21
2.2 A O período Vargas e a criação de universidades (1930 a 1945)	23
3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO	29
4 SOROCABA EM SEU CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	36
4.1 Contextos de articulações na década de 1940	43
4.2 A Faculdade de Medicina	49
4.3 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6 BIBLIOGRAFIA	70

INTRODUÇÃO

A temática neste trabalho está relacionada à criação das primeiras faculdades em Sorocaba e visa compreender o processo de institucionalização da Educação Superior em Sorocaba. A existência de pouca produção historiográfica sobre o assunto fez com que alguns trabalhos possam ser citados como referências: “A Universidade de Sorocaba e uma história do seu curso de História” (DUTRA JUNIOR, 1999) e “A Faculdade de Medicina de Sorocaba e os 50 Anos de sua história” (CARNEIRO, 1999). Apesar de certa forma abordarem o tema envolvido neste trabalho, seguem uma linha mais descritiva e cronológica da história da Educação Superior.

A escolha do tema residiu em entender os fatos que desencadearam na criação da Faculdade de Medicina e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Sorocaba e relacionar com a demanda e a realidade social existente na cidade no fim da década de 1940, através de trabalhos publicados sobre o período histórico referido.

O recorte histórico atribuído contou com a periodização do fim da década de 1940, onde se iniciaram as primeiras articulações para a instalação da Faculdade de Medicina, até o início do funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1956. No entanto o trabalho também buscou, nas décadas de 1940 e 1950 em Sorocaba, compreender o processo político que viabilizou a implementação das primeiras faculdades no município, vistas como demanda local em um contorno que contou com a participação do poder público municipal executivo e legislativo: através de decretos Leis e projetos enviados à Câmara Municipal de Sorocaba, setor industrial: viabilidade na construção e doações de prédios para efetivo funcionamento das faculdades e principalmente da Igreja Católica: todo aparato administrativo das duas faculdades ficariam a cargo da instituição religiosa.

O levantamento de fontes em centros arquivísticos apresentou várias lacunas entre 1940 e 1950, que possivelmente poderiam exemplificar melhor

algumas mediações feitas em suas publicações sobre as demandas da Educação Superior. Jornais da época como a Folha Popular de Sorocaba, que apresentava uma relação mais estreita com a Igreja Católica, e o jornal Cruzeiro do Sul, representavam o pensamento das forças políticas mais conservadoras, colaboraram de maneira sistemática a imprensa no uso das fontes.

Diante do exposto, pretendeu-se neste trabalho compreender como ocorreu, historicamente, a formação e a institucionalização da Educação Superior em Sorocaba.

O período de 1931 a 1945, que antecede e compõe a periodização deste trabalho, caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca do apoio ao Estado Novo, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu a partir de 1931. As ambições da Igreja Católica eram maiores e culminou com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte.

A análise histórica sobre o contexto da Educação Superior de Sorocaba e seus agentes envolvidos nos permitiram expressar historicamente as múltiplas dimensões das práxis educacionais, revelando no processo de sua formação, sua inserção local e regional, as mutações de seu lócus político-administrativo demonstrados entre o público e o privado - aqui focados por meio do estudo das fontes da história da educação em Sorocaba.

A construção das representações do passado é subordinada à análise das informações 'aprisionadas' nos documentos. Revisitar o passado significa trilhar o caminho que permite a ressignificação da memória e a interpretação das experiências hoje vivenciadas pelo conjunto da sociedade. Entender a história como um processo, resultado da ação de forças sociais nem sempre covalentes, favorece o entendimento da importância da preservação das fontes documentais que, independentemente das conjunturas sociais de cada período histórico, nos instrumentalizam para o melhor entendimento dos mesmos (VENDRAMETO, 2002, p.43).

Este trabalho buscou entender o processo de formação da Educação Superior, procurando na prática investigativa, na localização, organização, análise e sistematização de fontes documentais contributivas da história da

Educação Superior Sorocabana, circunscrita ao período da década de 1950, caracterizado no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba, como período de surgimento das primeiras faculdades na cidade, dando uma maior ênfase a Faculdade de Medicina e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Consideramos alguns trabalhos já desenvolvidos, como CARNEIRO (1999) e DUTRA JUNIOR (1999), serviram de referência para o compreender o processo de instalação das referidas faculdades:

A ideia da criação das primeiras faculdades da cidade de Sorocaba, começa a ser construída em um encontro onde estavam presentes o prefeito Gualberto Moreira, o industrial José Ermínio de Moraes e o Cônego André Pieroni Sobrinho (CARNEIRO, 1999 p.15).

Dutra Junior (1999, p.43) relaciona os envolvidos no processo de instalação:

As pessoas que responsáveis pela articulação e viabilização da construção da Faculdade de Filosofia foram: Cônego André Pieroni, o então Prefeito Municipal Gualberto Moreira, Mons. Francisco Antônio Cangro vigário geral da Diocese e Cura da Sé Catedral, o Bispo Diocesano D. José Carlos de Aguirre, o Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e Dom Helder Câmara, Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Educação.

O trabalho ficou organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo busca mostrar como foi se desenvolveu a Educação Superior no Brasil. As relações com o processo de institucionalização da educação brasileira no Governo Getúlio Vargas ajudarão a compreender como se estruturaram as primeiras intuições de educação superior.

O capítulo sobre a Educação Superior no Estado de São Paulo procurou compreender como as primeiras faculdades foram organizadas e quais os impactos sobre o interior paulista.

O capítulo "Sorocaba, em seu Contexto de urbanização e o desenvolvimento para a Educação Superior", procurou estabelecer relações sobre o desenvolvimento econômico e conseqüentemente a urbanização no processo de instalação das primeiras faculdades na cidade. Mostra o contexto

de articulações da política local, executivo municipal, industriais e a Igreja Católica para a efetivação da Educação Superior. É destacada a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em assuntos específicos para uma melhor compreensão.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é entender como se originou a Educação Superior no Brasil, qual o período histórico em que se constituiu e em que momento ela foi relevante para entender o processo que culminou na criação de faculdades no interior do país até a sua chegada em Sorocaba no final da década de 1940.

O início da Educação Superior no Brasil data do século XIX, o que, na opinião de alguns estudiosos, Cunha (1985) e Durham (2003), reflete o seu advento tardio. Para fins de contextualização, apesar de recorrer a outros autores, neste trabalho pontuaremos algumas características do ensino superior brasileiro, tendo como principal referência a periodização proposta por Durham (2003).

Com a presença da corte portuguesa, a independência não só foi tardia, mas se deu com a preservação da Monarquia, que governou o país até o final do século. Isso caracterizou um desenvolvimento histórico marcadamente diverso daquele que foi próprio dos demais países do continente, nos quais a independência deu lugar a regimes e ideais republicanos.

A Educação Superior no Brasil é marcada pela chegada da família real em 1808 e seu desenvolvimento tardio:

Duas características importantes marcam o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. A primeira é seu caráter tardio, pois as primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 1930. (DURHAM, 2003, p191).

Do início da colonização até a chegada da família real não havia instituições de Educação Superior no Brasil. A coroa portuguesa seguiu uma política de concentrar a formação intelectual dentro da metrópole. Ao contrário do que aconteceu na América Hispânica, onde universidades católicas foram criadas já no século XVI, no início da colonização. O Brasil não possuiu

universidades nem outras instituições de ensino superior durante todo o período colonial. (DURHAM, 2003).

O contexto de histórico vivido no Brasil após 1808 com a educação traz um avanço considerável sobre a instalação de cursos de educação superior com a chegada dos portugueses. Esse avanço se deu com a criação de diversas instituições educacionais. Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, de padrão francês, o que não quer dizer que a população que por aqui vivia já não possuía características próprias de se fazer educação. Atendendo as necessidades de sua permanência no Brasil, D. João VI investiu e criou Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. O surgimento da imprensa no Brasil, permitiu que os fatos e as ideias fossem divulgados e discutidos no meio da população letrada, preparando terreno propício para a ampliação das primeiras instituições de ensino superior. (BELLO, 2001).

Como a demanda de ensino superior no Brasil ainda era inexpressiva, a forma que a elite econômica colonial, considerados portugueses nascidos no Brasil, encontrou para a formação em instituições de nível superior foi a ida dos estudantes para a Europa e principalmente para a metrópole.

Com a chegada da Família Real, em 1808, foram fundadas no mesmo ano da chegada do rei português (D. João VI) três escolas: a de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio. Dois anos mais tarde, em 1810, foi fundada a Academia Real Militar, que se transformou em Escola Central, e depois em Escola Politécnica (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ) (SCHWARTZMAN, 2000).

Soares (2002, p.24) descreve:

Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo da Companhia de Jesus: os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais. Nesses últimos, era oferecida uma educação medieval latina com elementos de grego, a qual preparava seus estudantes, por meio dos estudos menores, afim de poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Esse modelo de universidade descrita, confiada à Ordem Jesuítica, no século XVI, tinha como uma de suas missões a unificação cultural do Império português. Dentro do espírito da Contrarreforma, ela acolhia os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, visando a desenvolver uma homogeneidade cultural avessa a questionamentos à fé Católica e à superioridade da Metrópole em relação à Colônia.

A Universidade de Coimbra, no dizer de Anísio Teixeira, foi a “primeira universidade” a serviço da colônia: nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.

Na área da educação superior, o processo também foi diferente e seguiu o modelo de desenvolvimento histórico marcadamente diverso. Embora se tenha constituído como um sistema estatal sob a influência, mas não sob a gestão da Igreja Católica (seguindo uma tradição já existente em Portugal desde o século anterior), não se criaram universidades, mas escolas autônomas para a formação de profissionais liberais. A criação dessas escolas era de iniciativa exclusiva da Coroa:

O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França. Além disso, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela (CUNHA, 2002, p153).

Este modelo de inspiração napoleônica tinha também como base o pragmatismo que havia orientado o projeto de modernização em Portugal no final do século XVIII, cuja expressão mais significativa no campo educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra (TEIXEIRA, 1969). Essa

universidade, confiada à Ordem Jesuítica, no século XVI, tinha como uma de suas missões, a unificação cultural do Império português.

Saviani (2011, p.5) conclui que:

Embora alguns dos colégios jesuítas no período colonial mantivessem cursos de filosofia e teologia, o que dá respaldo à tese de que já existia ensino superior nessa época no Brasil, os cursos superiores propriamente ditos começaram a ser instalados no Brasil a partir de 1808 com a chegada de D. João VI. Surgiram, então, os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817 e o Curso de Desenho Técnico (1818). Vê-se que se tratava de cursos superiores isolados, isto é, não articulados no âmbito de universidades.

A expressão “curso” não dá ideia precisa, uma vez que, em verdade, muitos correspondiam a aulas, como as de economia, anatomia, etc. Essas aulas eram ministradas de maneira específica e de forma mais a explicar do que propriamente formar.

Para Martins (2002), com a independência política em 1822, não houve mudança no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovado. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política (TEIXEIRA, 1969).

No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas¹, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma

¹ Anísio Teixeira refere-se a 24 projetos de universidade apresentados, durante o período que vai de 1808 a 1889, e chama a atenção para o fato de que em quase meio século de reinado do segundo imperador não foram criadas novas faculdades, além daquelas criadas pelos soberanos nas primeiras décadas do século XVIII, e uma em 1839.

instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade.

Durante o período da Regência foram criados dois cursos de Direito: um em Olinda, na região nordeste, e outro em São Paulo, no sudeste. Além desses cursos, a Escola de Minas foi criada na cidade de Ouro Preto que, como o nome indica, situava-se na região de extração de ouro. Embora a criação dessa Escola date de 1832, ela foi instalada somente 34 anos mais tarde.

Ao longo do século XIX, a Coroa manteve a tradição portuguesa do monopólio do ensino superior, não contribuindo para a criação de estabelecimentos católicos. O sistema expandiu-se muito lentamente e, no final desse período, que termina com a Proclamação da República, em 1889, não havia mais de 24 dessas escolas de formação profissional (TEIXEIRA, 1969), todas de iniciativa da Coroa e independentes da Igreja. Foi a disseminação das ideias positivistas, a valorização da ciência como forma de conhecimento objetivo, entre as lideranças republicanas que, no final do século, contribuiu para abrir o sistema a outras iniciativas que não as do governo central, inclusive ainda dentro do modelo de escolas, destinadas à formação de profissionais liberais.

A influência do ideário positivista, no grupo de oficiais que proclamou a República, foi um fator que contribuiu, sobremaneira, para o atraso na criação de universidades no Brasil. Como instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente, a universidade era considerada, pelos líderes políticos da Primeira República (1889-1930), uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo. Em função disso, eram francamente favoráveis à criação de cursos laicos de orientação técnica profissionalizante. (SAMPAIO, 1991)

As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – eram independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do

que à pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida.

Dentro disso a instalação do modelo de universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1922). Resultado do Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades. Comentava-se, à época, que uma das razões da criação dessa Universidade, localizada na capital do país, devia-se à visita que o Rei da Bélgica empreenderia ao país, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, havendo interesse político em outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa. O Brasil, no entanto, carecia de uma instituição apropriada, ou seja, uma universidade (FAVERO, 1980).

Tabela 1. Expansão do Sistema de Ensino Superior:

Período	Número de escolas de Educação Superior criadas no período
1920-1930	86
1930-1945	95
1945-1960	223

Fonte: elaborado a partir de dados fornecidos por Teixeira, 1989

O quadro acima retrata que a partir do período entre a décadas de 1920 e 1960, houve um grande número de instituições de educação superior criadas no Brasil. Esse número demonstra que o recorte histórico abordado neste trabalho (1949-1956) foi de grande avanço na criação dessas instituições. Sorocaba, por sua vez, foi parte dessa expansão com cursos de Medicina e Filosofia, Ciência e Letras, independentes umas das outras, como outras instituições localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista do ponto de vista econômico.

Com o advento da industrialização, o Brasil trouxe, além das transformações econômicas, culturais e urbanas, ideias de reformas do ensino como um todo, tendo no ensino primário público, universal e gratuito, sua grande bandeira, que será marcada também pelo seu processo de modernização do ensino como um todo.

2.1 O movimento de modernização do ensino

O início da expansão da educação superior que atingiria Sorocaba no fim da década de 1940 se inicia com o processo de modernização do ensino em 1920. Ao lado da urbanização e de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural. Esse movimento modernizador atingiria a educação.

O ensino primário público, universal e gratuito, foi sua grande bandeira. Para Eunice R. Durham foi este mesmo grupo, associado a um pequeno grupo de cientistas, que propôs a modernização do ensino superior, defendendo a criação de universidades que não fossem meras instituições de ensino, mas “centros de saber desinteressado”, onde vinculariam ensino e produção científica ao observarem o princípio da universalidade do conhecimento, como se dizia naquela época:

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas [...] (DURHAM, 2003, p. 202).

As mesmas pessoas que reformaram o ensino primário mais um grupo de cientistas propuseram a reforma do ensino superior. A proposta seria substituir todo o sistema já existente como citado acima.

O sistema seria necessariamente público e não confessional. O modelo que se concebia era semelhante ao do sistema italiano, mas modificado por inovações de inspiração norte-americana. A bandeira da reforma educacional

foi apropriada e reformulada pelo governo Vargas, que se instalou em 1930, marcando o fim da Primeira República e o início do chamado Estado Novo (1937). A elaboração da reforma foi marcada por uma intensa disputa pela hegemonia em relação à educação, em especial em relação ao ensino superior, que então se travava entre as elites católicas conservadoras e intelectuais liberais (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000). A Igreja, de fato, sempre tentara estabelecer no Brasil uma hegemonia sobre a educação superior, semelhante à que lograra imporem muitos países católicos. O que reivindicava, portanto, era que o governo federal atribuísse à Igreja a tarefa de organizar, com fundos públicos, a primeira universidade brasileira, em troca de apoio político ao novo regime.

Segundo Durham (2003, p.196):

A Igreja obteve, de fato, diversas concessões no campo educacional, particularmente a introdução do ensino religioso nas escolas públicas, mesmo que de caráter facultativo. Entretanto, apesar da forte influência que exerceu na organização da Universidade do Rio de Janeiro, não logrou o que pretendia, que era o direcionamento do financiamento público para as instituições confessionais.

A oposição dos intelectuais liberais foi muito forte e a própria construção brasileira, tanto a monárquica quanto a republicana, havia sido diferente, com a predominância de uma concepção de ensino público não confessional, de inspiração francesa². As instituições confessionais, que haviam se multiplicado no período republicano, continuaram a constituir um setor do ensino privado. Portanto entende-se que a oposição entre ensino público e privado, em sua origem, estava fortemente permeada pela oposição versus confessional. Todo o setor privado, especialmente o confessional, já era bastante forte quando começa esse período:

Todo o setor privado, especialmente o confessional, já era bastante forte quando começa esse período. Em 1933, quando se iniciam as primeiras estatísticas educacionais, os dados indicam que as instituições privadas respondiam por cerca de 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior. O conjunto do sistema, entretanto, era ainda de proporções muito modestas. O total do alunado compreendia apenas 33.723 estudantes. (DURHAM, 2003, p197).

² As *Grandes Écoles* e as escolas especializadas são públicas ou privadas, mais seletivas e oferecem formações com objetivo profissional definido: Engenharia, Arquitetura, Artes, Administração, Gestão etc

A reforma que resultou do processo de negociação do governo Vargas consistiu num compromisso entre forças conservadoras e inovadoras. No ensino superior, instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições do mesmo tipo que viessem a ser criadas no Brasil.

A reforma, entretanto, apesar de estabelecer a universidade como forma preferencial para a oferta de ensino superior, não eliminou as escolas autônomas, como no caso de Sorocaba. Nessa legislação, também foi mantida a liberdade da iniciativa privada para a constituição de estabelecimentos próprios, embora sob supervisão governamental. A reforma previa, de fato, a regulamentação de todo o ensino superior, tanto público como privado, pelo governo central. Além disso, a legislação era extremamente detalhista e dispunha sobre questões como indicação de professores, currículos e programas, duração dos cursos, sistema disciplinar, cobranças de taxas e pagamento de mensalidades pelos estudantes. Ocorreu, portanto, uma acentuação da tendência centralista do período monárquico brasileiro, não mais em termos de monopólio da criação e manutenção das instituições de ensino, mas de controle burocrático pela normatização e supervisão de todo o sistema (MENDES & CASTRO, 1984).

2.2 A O período Vargas e a criação de universidades (1930 a 1945)

Nesse período é possível entender a relação do crescimento das instituições de educação superior com o período histórico do governo de Getúlio Vargas e a criação do Ministério de Educação e suas reformas que propunham a centralização, por parte do governo, nas questões relacionadas ao sistema educacional superior.

Com as eleições em março de 1930, que deu a vitória ao candidato governista Júlio Prestes, a Aliança Liberal (nome dado aos aliados mineiros, gaúchos, e paraibanos) não aceitou as eleições, alegando que a vitória de Júlio

Prestes era decorrente de fraude. Além disso, os deputados vitoriosos que foram eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não tiveram o reconhecimento dos seus mandatos. O Rio Grande do Sul e seus estados aliados planejaram então, uma revolta armada. O agravamento da situação acentuou-se quando o candidato à vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa foi assassinado em Recife, capital de Pernambuco.

O período de 1930, marcado por instabilidade e indignação, fez com que o Exército, que por sua vez era desfavorável ao governo vigente, começasse a se mobilizar e formasse uma junta governamental composta por generais do Exército. No mês seguinte, Júlio Prestes foi impedido de assumir a presidência e fugiu junto com Washington Luís e o poder então foi passado para Getúlio Vargas pondo fim à República Velha.

Ao assumir o poder Getúlio Vargas³ (1930 – 1945) reformou o ensino superior, instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada.

Getúlio Vargas, criou o Ministério de Educação e Saúde. Em 1931, com Francisco Campos, seu primeiro titular, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. (OLIVEN 2002)

Os educadores que estavam à frente da Associação Brasileira de Educação (ABE) desapontaram-se com as políticas do novo Ministério. A ênfase dada à criação de uma Faculdade de Educação, nas universidades,

³ A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, foi liderada por frações dissidentes da oligarquia e atacou as bases de dominação dos cafeicultores. As reformas sociais e econômicas, levadas a efeito a partir de 1930, criaram as pré condições para a expansão do capitalismo no Brasil.

para formar professores do ensino secundário, respondia muito mais aos planos de Francisco Campos (que priorizava o ensino médio), do que aos anseios dos educadores preocupados com a criação de uma universidade voltada às atividades de pesquisa.

Para Soares (2002, p.33):

O Distrito Federal configurou-se na arena onde se defrontaram diferentes grupos defensores de distintos projetos para a universidade brasileira. Em poucos anos, foram criadas três universidades que expressaram clivagens ideológicas entre educadores, políticos e líderes religiosos da época. Os principais pontos da discórdia relacionavam-se:

- ao papel do governo federal como normatizador do ensino superior
- à atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira.

Essas três primeiras universidades⁴ criadas nesse período representam bem os conflitos que marcaram a reforma. A Universidade Nacional do Rio de Janeiro, criada pelo governo federal, representou plenamente o caráter conservador da reforma feita pelo governo Vargas, que a instituiu como modelo a ser obrigatoriamente seguido pelas demais universidades. A outra, a Universidade do Distrito Federal, também no Rio de Janeiro, e anterior à Universidade Federal, foi um modelo inovador criado por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Distrito Federal. Esta universidade teve vida curta, sendo muito criticada pelos setores conservadores ligados à Igreja Católica, os quais temiam a influência negativa do liberalismo norte-americano, materialista, individualista e protestante, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, considerados essenciais na cultura brasileira.

Essas críticas da Igreja Católica, que viam essa universidade como um centro do liberalismo anticlerical, foi fechada pelo Estado Novo em 1935, por ocasião da repressão à Intentona Comunista. E finalmente a Universidade de São Paulo, de iniciativa do Governo Estadual, que fazia oposição ao regime Vargas, logrou manter, apesar do enrijecimento da legislação sobre ensino superior, em 1937, um caráter mais inovador, inclusive pela importância que assumiu sua Faculdade de Filosofia, instalada com professores franceses,

⁴ Universidade Nacional do Rio de Janeiro, Universidade do Brasil e Universidade do Distrito Federal.

alemães e italianos. Foi nesta, inclusive, que se manifestou mais precocemente a institucionalização da pesquisa como uma das funções básicas da universidade. (DURHAM, 2003)

Contudo, devido ao clima político autoritário reinante no país, a Universidade do Distrito Federal careceu da simpatia do Ministério da Educação e, por ingerência direta do governo federal, teve uma breve existência. Em janeiro de 1939, menos de quatro anos depois, foi extinta por decreto presidencial. Seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil.

Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas, no período de 1937/45, aproveitou o autoritarismo do Estado Novo para implantar seu projeto universitário: a criação da Universidade do Brasil, que serviria como modelo único de ensino superior em todo o território nacional. Essa realização constitui-se no exemplo mais significativo da centralização autoritária do ensino superior brasileiro. (SCHWARTZMAN, 2000).

Para as lideranças religiosas, os problemas do Brasil eram resultantes da crise moral desencadeada com a separação entre a Igreja e o Estado, iniciada com a proclamação da República, em 1889, quando a primeira perdeu a influência que, até então, vinha exercendo nos círculos de poder. Aproveitando o interesse em obter o apoio da Igreja, que caracterizou o governo de Vargas, entre 1930 e 1945, as lideranças católicas passaram a desenvolver um intenso trabalho pedagógico visando à recristianização das instituições educacionais do país.

Desde 1934, no primeiro congresso católico de educação, realizado no Rio de Janeiro, a Igreja manifestara seu interesse na criação de uma universidade, subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do Estado, tanto assim que já havia criado cursos nas áreas humanas e sociais, com o objetivo de ressocializar as elites brasileiras com base nos princípios ético-religiosos da moral católica. Coube aos jesuítas a incumbência de organizar, administrar e orientar pedagogicamente a futura instituição universitária. Em

1946, satisfeitos os pré-requisitos legais, com o Decreto nº 8.681, de 15/3/46, surgiu no Rio de Janeiro a primeira universidade católica do Brasil⁵. No ano seguinte, foi-lhe outorgado, pela Santa Sé, o título de Pontifícia Universidade. Similar a outras congêneres no mundo, ela introduziu, em seus currículos, a freqüência ao curso de cultura religiosa e tornou-se referência para a criação de outras universidades católicas no país. (SCHWARTZMAN, 2000)

A partir da década de 40, com a expansão da rede de ensino de nível médio e a maior aceitação da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério, novos cursos pertencentes às Faculdades de Filosofia passaram a ser frequentados pelas moças que ingressavam na universidade e aspiravam dedicar-se ao magistério de nível médio. Essas Faculdades disseminaram-se pelo país, sendo que, a maioria delas, não passava de um aglomerado de escolas, nas quais cada curso preparava um tipo específico de professor: de história, de matemática, de química etc. A escassez de recursos materiais e humanos limitou esses cursos às atividades de ensino sem qualquer comprometimento com a pesquisa científica. (SCHWARTZMAN, 1982)

A expansão dos cursos de formação de professores aconteceu, principalmente, a partir dos anos de 1940, período no qual a legislação federal, pela primeira vez, impôs uma organicidade aos cursos primários e às escolas normais. O provimento de concurso de provas e títulos para o cargo de Diretor de Grupo Escolar, na época, estabeleceu uma nova dinâmica à função.

Ao fim da era de Vargas, em 1945, eram cinco as instituições universitárias, em meio a dezenas de faculdades isoladas. A Universidade do Rio de Janeiro tinha passado a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil. A Universidade de Minas Gerais permaneceu com o *status* adquirido. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi credenciada como universidade em 1934, no mesmo ano em que foi criada a Universidade de São Paulo, uma bem sucedida variante do modelo federal. Em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, surgiram as Faculdades Católicas, embrião da universidade reconhecida pelo estado em

⁵ Sua história começa em 1.940 com a criação das Faculdades Católicas, sendo a de Filosofia e a de Direito as mais importantes. Antes de se tornar PUC-Rio, as Faculdades se juntam à Escola de Serviço Social, formando a primeira Universidade Católica do Brasil.

1946 e, mais tarde, pontifícia - foi esta a primeira universidade privada do país. A Universidade do Distrito Federal teve vida curta, criada por Anísio Teixeira em 1935 e dissolvida em 1939, tendo parte de suas faculdades incorporada pela Universidade do Brasil. (CUNHA, 2002)

No fim do governo de Getúlio Vargas, em 1954, o número de instituições de educação superior continuou crescendo até 1960, época da formação da rede de universidades federais; criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país, resultando no caso de Sorocaba a administração da Faculdade de Medicina pela própria Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO

O primeiro curso superior criado em São Paulo, ainda nos tempos imperiais, foi a Faculdade de Direito (1827) mantida pela União. No final do século XIX, foram criadas a Escola Politécnica (1894) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (1899). No âmbito do ensino particular, foram criadas a Escola de Farmácia e Odontologia (1899) e a Escola de Engenharia do Mackenzie (1891).

A expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais esteve ligada diretamente com o desenvolvimento econômico-social da época. Os historiadores da economia costumam situar essa época na década de 1920. O desencadeamento de um amplo processo de modernização da economia paulista resultante do desenvolvimento da economia cafeeira e advindo de dois movimentos novos: a diversificação agrícola mercantil e a implantação de setores da indústria.

Sintetizando, se a atividade urbana, que caracterizava o interior do Estado, nessa época, consistia, de um lado, numa atividade produtiva urbana nascente, de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas como algodão, açúcar, arroz, carne etc, uma pequena indústria alimentar de apoio à concentração populacional urbana como pão, farinha, queijo, sorvete, aguardente, matadouros, etc. e uma pequena indústria de apoio à construção civil como serrarias, serralherias, marcenarias etc., do outro lado, a atividade urbana consistia em serviços de apoio à produção agrícola, especialmente ao pequeno produtor, como bancos, cooperativas, postos de gasolina, armazéns para venda de sementes e instrumentos de trabalho, oficinas de reparação etc. Ao lado disso, encontravam-se o corpo da administração pública e segurança e os serviços urbanos ligados ao ensino e à saúde, nas mãos de particulares e de religiosos até que a administração pública fosse capaz de assumi-los.

De modo geral, o comércio era um dos núcleos básicos da atividade urbana, variando a sua diversidade conforme a importância da cidade. Em alguns núcleos urbanos – poucos – as oficinas de reparação e construção de

locomotivas ou vagões, de propriedade de empresas de estradas de ferro, constituíam núcleos pesados de trabalho industrial (SEADE, 1989).

Se nos anos 1920, foram criadas as bases que possibilitaram e em que se assentou o processo de industrialização paulista, no período seguinte (1930-1955), ocorreram significativas transformações na estrutura produtiva do Estado. Com a crise do café (que nos anos 1940, voltaria a ser o principal produto de exportação), outras culturas agrícolas, como o algodão e a cana de açúcar, foram implementadas, impulsionadas pela modernização da produção, passando a ser o Estado seu maior produtor nacional.

A relação do ensino superior com o desenvolvimento econômico-social permite distinguir três tipos de instituições: instituições (faculdades, cursos) orgânicas que surgem de determinadas necessidades práticas e desaparecem quando essas mudam; instituições (faculdades, cursos) tradicionais que mantêm com o desenvolvimento econômico uma relação indireta, perdurando em todas as fases econômicas; um terceiro tipo, que chamaríamos de mista – orgânico-tradicional - pois abrigam cursos tradicionais e orgânicos (NOSELLA, BUFFA, 2008, p.172).

O estudo sobre o ensino superior de Sampaio (2002) expressa aproximadamente essa mesma distinção, com outras palavras. A autora menciona as carreiras tradicionais: farmácia, medicina, odontologia, música, filosofia, direito, medicina veterinária, biblioteconomia, ciências sociais, engenharia, ciências econômicas, agronomia, serviço social, física, química, geografia, história, química industrial, geologia, letras, matemática, economia doméstica, enfermagem e obstetrícia, comunicação social.

As carreiras modernas são: arquitetura e urbanismo, pedagogia, ciências biológicas, educação física, ciências contábeis, psicologia, administração, educação artística, estudos sociais, nutrição, magistério de ciências, estatísticas. Cursos mais recentes: engenharia florestal, comunicação visual, artes práticas (licenciatura de primeiro grau em artes industriais, educação para o lar, técnicas agrícolas e comerciais), turismo, desenho industrial, zootecnia, formação de professores do currículo especial do ensino médio, terapia ocupacional, construção civil, fisioterapia, fonoaudiologia, secretário executivo, processamento de dados, ciência da computação (SAMPAIO, H., 2000, p. 22).

Essa lista poderia ser ampliada, pois, novos cursos são criados, alguns são extintos, enquanto os tradicionais se transformam. Isso não ocorre, de forma arbitrária, mas tem relação com as necessidades práticas da sociedade, isto é, necessidades de sobrevivência e interesses políticos.

Como dito anteriormente, o ensino superior no Estado de São Paulo surgiu e estruturou-se, inicialmente, segundo o modelo já existente no país inaugurado por D. João VI, basicamente dual: poucas escolas de qualidade, diretamente planejadas e geridas pelo Estado, destinadas à elite, e uma grande constelação de escolas superiores, privadas ou “comunitárias”, fruto de pressões sócio-políticas dos estratos médios, ocupando o segundo plano na escala de prestígio social.

O estado de São Paulo construiu, à época, um projeto político, no bojo do qual se inseria a criação de uma universidade de alto padrão acadêmico-científico. Este estado, maior centro cafeeiro do Brasil, perdera poder político em nível nacional, devido à crise econômica do café. O movimento para a criação da universidade, liderado por Fernando de Azevedo e incentivado pelo jornal O Estado de São Paulo, recebeu o apoio do governo estadual. Por ser o estado mais rico do país, criou sua própria universidade pública estadual, livre do controle direto do governo federal, que por sua vez era oposição ao governo paulista, constituindo-se numa tentativa de reconquistar a hegemonia política, que gozara até a entrada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 através de um golpe.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, representou um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior. Para concretizar esse plano político, foram reunidas faculdades tradicionais e independentes, dando origem à nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa. A USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores.

Na esfera organizacional, a idéia inovadora foi fazer da nova Faculdade de Filosofia o eixo central da universidade, que viria a promover a integração dos diversos cursos e das atividades de ensino e pesquisa. Esse plano não se efetivou, em grande parte, face à resistência das faculdades tradicionais, as quais não queriam abrir mão do processo de seleção e formação de seus alunos desde o ingresso na universidade até a formatura. Não obstante a alta qualificação do corpo docente vindo da Europa, foi pequena a demanda aos

cursos oferecidos por essa instituição. A elite econômica paulista continuava a dar preferência aos cursos profissionais de Medicina, Engenharia e Direito. (AZEVEDO, 1958)

Nas primeiras décadas do século XX, foram criadas a Escola de Medicina (1912) pública e as particulares: Faculdade de Filosofia São Bento (1908), a Faculdade de Medicina Veterinária (1928), a Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” (1933), a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Escola Paulista de Medicina (1933), atual UNIFESP.

Assim, em 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo (USP) havia, na cidade de São Paulo, dez escolas superiores, cinco públicas e cinco particulares, e uma no interior (Piracicaba). Ao ser criada, a USP, seguindo o padrão brasileiro de criação de universidades, incorporou as faculdades existentes – Direito, Politécnica, Medicina, a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba), a Medicina Veterinária e criou uma nova escola, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Focalizar a criação da USP apenas pela ótica das faculdades e institutos que a compuseram, seria uma observação errônea, ainda que essas faculdades formassem a elite dos profissionais liberais em direito, engenharia e medicina. Na verdade, o ideal que movia os criadores da USP, Júlio de Mesquita Filho (do jornal O Estado de S. Paulo), Armando de Salles Oliveira e outros, foi a concepção de universidade “como um autêntico centro intelectual e ético que irradiaria de seu seio as forças espirituais capazes de renovar incessantemente as energias do país” (ORSO, P. J. 2003, p.206).

Vários elementos, portanto, estavam presentes no movimento político-cultural de criação da USP, primeira universidade do Estado. Um deles era o desejo de que São Paulo exercesse uma verdadeira direção nacional; outro era o desfecho desfavorável da Revolução de 1932 que forçou as lideranças paulistas a abandonarem a veleidade da dominação nacional, sublimando-a na vontade de direção cultural. Vencidos na Revolução de 32, era preciso “restaurar-se na plenitude o prestígio de São Paulo” (ORSO, P. J., 2003, p.208), nas palavras de Armando de Salles Oliveira.

No final dos anos 1940, o governo do Estado iniciou uma política de interiorização da universidade criando, em 1948, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a Escola de Engenharia de São Carlos, ambas pertencentes à USP, e a Faculdade de Direito de Campinas, jamais implantada. Observe-se que essas instituições tiveram um grande desenvolvimento alcançando renome nacional e internacional. Com essas iniciativas do Governo Estadual, o interior passou a contar com duas novas faculdades de prestígio social. Os dois núcleos de escolas superiores, um que concentrava as carreiras mais prestigiadas socialmente, planejado pelo Estado, e o outro, formado por escolas isoladas, em sua maioria particulares, cresceram de forma diferente a partir dos anos 50, o primeiro de forma controlada e o segundo de modo intenso e desordenado.

A década de 1950 viu surgir não só a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) (1955) como inúmeras faculdades isoladas, particulares e, principalmente, as seis primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, institutos isolados de ensino superior, criados e mantidos pelo governo estadual e que juntamente com outros criados posteriormente vão compor, em 1976, a UNESP, a terceira universidade pública estadual paulista. No período de 1950 a 1961, foram criadas 42 faculdades não estaduais, 12 na capital e 20 no interior.

Nos anos de 1950, a exigência cada vez maior na formação para a função de Diretor de Escola, fez com que se expandissem cursos de especialização, como também o número de matrículas nos cursos de Pedagogia. Contudo observa-se que a trajetória dos profissionais da educação vinculou-se à ampliação das oportunidades escolares, que, por sua vez, não pode ser entendida fora do processo de expansão capitalista.

O aumento na procura de vagas nas escolas, fruto do interesse do proletariado que utilizava a escola visando uma ascensão social e também como necessidade imposta pela vida urbana, fez com que o Estado assumisse o papel de responsável pela instalação e construção de escolas.

O Estado de São Paulo, que passava por uma efetiva industrialização, empenhou a instalação de escolas do curso ginasial, principalmente em cidades do interior sob forte influência do governo, enquanto outros Estados se ocuparam na instalação de escolas primárias:

É interessante notar que a criação de escolas nos Estados brasileiros era uma atribuição do poder executivo, sendo que apenas, no Estado de São Paulo, essa função cabia ao Poder Legislativo, através da Constituição Estadual de 1947 (CUNHA, 2002, p.77).

No ensino médio o que se observou foram duas estruturas. Uma onde os concluintes do ramo secundário poderiam ser conduzidos diretamente no ensino superior, e outro quando os concluintes do ramo profissional só poderiam prosseguir se cumprissem exigências de complementação curricular.

Essa estrutura começa a ser desconstruída a partir da década de 1950, com a Lei Federal nº. 1076 que, de acordo com Luiz Antônio Cunha (1985, p. 79):

[...] assegurava o direito de matrícula nos cursos clássicos e científicos (2º ciclo do ensino médio) aos egressos dos cursos comercial, industrial e agrícola do 1º ciclo, estabelecendo entretanto, como restrição, a aprovação em exames das disciplinas do ginásio não estudadas naqueles cursos. Os concluintes do 1º ciclo do ensino normal continuavam podendo se candidatar apenas ao 2º ciclo do mesmo ramo. A lei ia mais além e determinava a “equivalência” do diploma de conclusão dos cursos técnicos comerciais ao 2º ciclo do secundário. Os portadores daqueles diplomas, até então, somente podiam se candidatar aos cursos superiores tidos como diretamente relacionados ao comercial técnico. A partir dessa lei, podiam se inscrever nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores.

As possibilidades de ingresso no ensino superior somente se ampliaram com a Lei 1821, de março de 1953, sendo o ingresso no 2º ciclo do ensino secundário (clássico ou científico) foi facultado aos formandos do 1º ciclo do ensino normal e aos concluintes de cursos de formação de oficiais das polícias militares estaduais e do Distrito Federal.

Para os concluintes do 2º ciclo dos cursos industriais, agrícolas, normais e egressos dos seminários maiores o direito a se inscreverem para o exame vestibular também foi estendido, desde que satisfizessem as exigências de equivalência que, nesse caso seria com a complementação curricular; também

foi assinado o Decreto nº. 34330, de outubro de 1953, que estabelecia os cursos aos quais os candidatos poderiam se inscrever.

De qualquer forma conforme CUNHA (1985), a discriminação na estrutura educacional brasileira se perpetuou no segundo grau, dividindo em ensino secundário que preparava estudantes para o ensino superior, atendendo dessa maneira aos interesses das elites e, em contrapartida, o ensino profissionalizante que objetivava a formação da grande maioria da população, gerando mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O discurso de que a escola média seria para todos e a pressão das massas populares visando aumentar o número de escolas e de vagas para o 2º grau, não garantia a mesma qualidade de ensino em todas as escolas.

Contudo o exame vestibular se tornaria um obstáculo para que o aluno ingressasse no ensino superior, pois a realidade em escolas da classe mais desfavorecida economicamente da população não se assemelhava a realidade da escola da população mais alta economicamente, para um ingresso em um ensino superior gratuito. Essa ascensão social pela busca do ensino superior abriria um caminho enorme para a criação das escolas superiores de ensino privado.

O aumento de demanda por ensino superior está associado ao crescimento da classe média e a novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia [...] o setor público precisaria criar não apenas outros tipos de cursos, mas outros tipos de instituições (DURHAM, 2003, p. 210).

O Estado de São Paulo teve sempre presente a relação educação superior e desenvolvimento econômico. No período 1930 e 1950, as escolas superiores traziam a marca da economia cafeeira e da incipiente industrialização, de um certo modo, o que se manifesta era a passagem do modelo agrário-comercial para o modelo urbano-industrial.

Nasce um contexto propício para que a Faculdades de Medicina e Filosofia, Ciências e Letras fossem instaladas em Sorocaba.

4 SOROCABA EM SEU CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A região de Sorocaba reserva em sua história processos que a diferenciam de outros importantes centros do interior paulista no que diz respeito à sua constituição e desenvolvimento. O povoamento de Sorocaba e seu entorno inicia-se, ainda que de forma precária, no final do século XVI pela busca de minério de ferro e outros metais na região onde hoje encontram-se os municípios de Araçoiaba da Serra e Iperó. A expansão do processo de ocupação dar-se-ia em meados do século XVII, quando se intensifica o movimento Bandeirante paulista com adensamento do território pela fundação de vilas e apresamento indígena (STRAFORINI, 2001).

Romero Neto (2006) assinala que a convergência de alguns fatores possibilitou a expansão da cidade a partir do comércio de animais, dentre eles: os caminhos já existentes que ligavam Sorocaba ao sul do país (onde eram criados os animais); a localização da cidade (próximo à capital paulista); a instalação do Registro de Animais (uma espécie de pedágio colocado pela Coroa Portuguesa) sobre a ponte do rio Sorocaba.

Cabe destacar que esse ciclo – tropeirismo – teve importante relação com a busca por metais preciosos em Minas Gerais. O encadeamento desses fatores explica o advento das feiras anuais de muars que ocorreram de forma mais intensa entre as décadas de 1770 e 1870 e deram base para o surgimento de outras atividades ligadas ao comércio de animais à medida que expandia o seu núcleo urbano (SILVA, 1995; STRAFORINI, 2001).

A partir da segunda metade do século XIX acompanha-se uma série de eventos que implicariam mudanças na dinâmica dessa região. Além das atividades comerciais e dos serviços que atenderiam à demanda da feira, a introdução do cultivo de algodão, a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e posterior instalação das indústrias têxteis determinariam as transformações na estrutura da cidade e também na região. O uso do transporte sobre trilhos evidencia a paulatina substituição do muar ali

comercializado e a nova fase de acumulação de capital, além de marcar a abertura de novas cidades ao longo da ferrovia.

Cano (1998) demonstra que a concentração industrial em São Paulo baseou-se na acumulação capitalista advinda do complexo cafeeiro: o capital reinvestido na produção industrial. Nessa complexa relação desenvolvida entre os séculos XIX e XX, assentava-se a expansão urbana paulista com o surgimento e consolidação de cidades que viriam posteriormente a sediar os polos regionais do estado. Gonçalves (1998) apresenta a questão nos seguintes termos: No capitalismo mercantil cafeeiro estabeleceu-se uma relativa hierarquia entre as cidades, despontando certos centros regionais para os quais eram canalizados os fluxos mercantis, mas não a subordinação de regiões umas às outras. Foram centros mercantis assim formados – Campinas, Sorocaba e outros – os que reuniram condições mais propícias para o surgimento da indústria interiorizada paulista.

Acompanha-se, dessa forma, a expansão da infraestrutura urbana de Sorocaba no início do século XX a partir do adensamento das áreas próximas ao centro da cidade e da criação de novos bairros que se dava, sobremaneira, às margens do rio em direção a Votorantim, à época distrito do município-sede (PUPPO; CAIADO, 1992). Percebia-se, nesse momento, outros dois vetores de crescimento urbano. O primeiro, denominado Além Linha, acontecia do centro em direção ao norte e concentrava grande parte das vilas operárias que se formaram pelo conjunto de fábricas têxteis instaladas e oficinas que faziam o atendimento à Estrada de Ferro Sorocabana. O segundo vetor, chamado de Além Ponte, seguia para leste e fazia a ligação de Sorocaba com São Paulo.

É nesse cenário que surgiria a chamada “Manchester Paulista”, alusão feita à cidade inglesa que contava com grande concentração de atividades industriais, no início do século XX. Zimmermann (1992, p.148) descreve a composição e distribuição das fábricas na região de Sorocaba:

[...] o setor têxtil, em dezenove grandes fábricas, empregava 82% da mão-de- obra operária da região, 22% do Estado. No município-sede estavam instaladas a Votorantim (maior fiação e tecelagem do Estado), a Companhia Nacional de Estamparias (duas unidades), a Santa Rosália, Nossa Senhora da Ponte e Santa Maria. Das

tecelagens de grande porte, Salto e Itu abrigavam três cada uma, Tatuí outras duas, Tietê e Porto Feliz outras duas.

Até o final da década de 1920, a região teria a maior concentração de trabalhadores na indústria de transformação do interior do Estado de São Paulo e também a maior cifra em termos de valor da produção. Em 1928, Sorocaba e Campinas “[...] empregavam respectivamente 12,6% e 8,5% dos trabalhadores industriais do Estado, respondendo juntas a quase três quartos dos operários do interior” (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988, p.13).

A indústria na região de Sorocaba perderia participação relativa sobre o total estadual a partir da década de 1930 e durante a fase de industrialização restringida, entre 1930 e 1955, devido à limitação técnica e financeira para a implementação do processo de acumulação, voltando a se destacar somente na década de 1970 na fase de industrialização pesada.

Verifica-se que as demais sub-regiões⁶ tiveram desdobramentos diferenciados daqueles observados para a sede ao longo do tempo. É importante destacar que a literatura referente à dinâmica regional e urbana no Estado de São Paulo só recentemente começou a adotar o termo Aglomeração Urbana (AU). Os textos mais tradicionais utilizam-se de recortes territoriais delimitados pela administração pública estadual, que em geral não disponibilizam os dados desagregados por município. Trata-se das chamadas Regiões Administrativas (RA) e Regiões de Governo (RG) criadas com vistas a descentralizar e orientar o planejamento e as ações do governo.

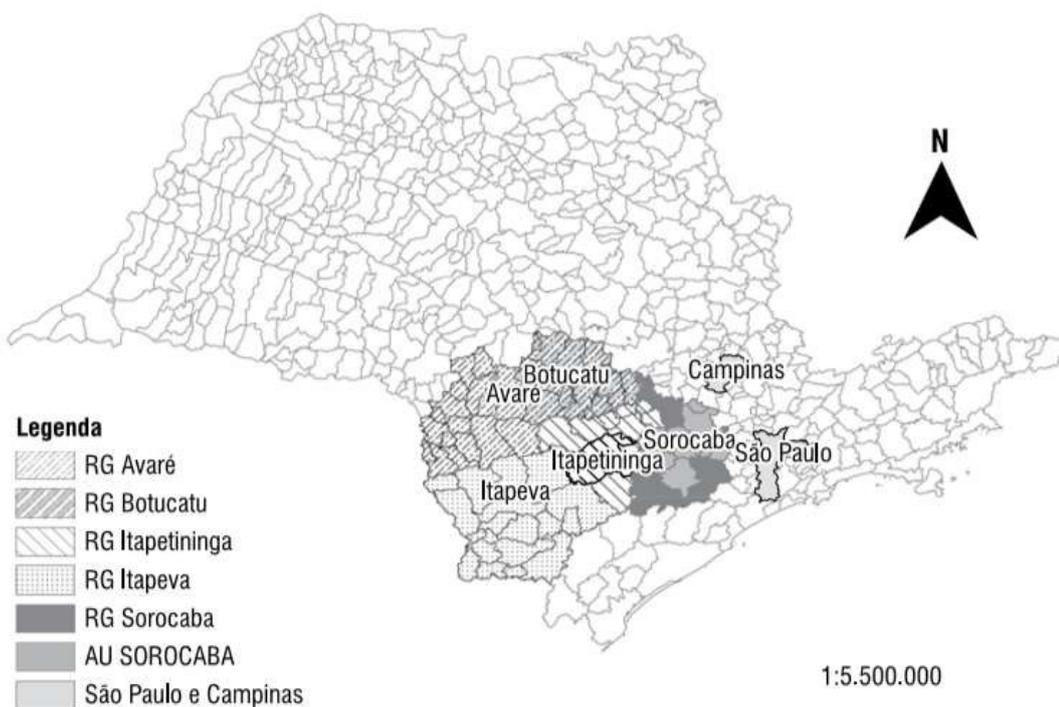
A Figura 1 abaixo mostra a localização da RA de Sorocaba no estado e a sua divisão territorial com destaque para a sede de cada uma das Regiões de Governo e para a área correspondente a AU. De acordo com os dados da Fundação SEADE, a RA de Sorocaba é a que possui a área mais extensa que são de 40.880,30 km², e representam 16,5% do território paulista e está dividida da seguinte maneira: RG de Avaré, 8.110,02 km²; RG de Botucatu,

⁶ Antes da década de 1980 a RA de Sorocaba era composta por sete sub-regiões: Avaré, Botucatu, Capão Bonito, Itapetininga, Itapeva, Sorocaba e Tatuí. Atualmente, está dividida em 5 RGs: Avaré, Botucatu, Itapetininga, Itapeva e Sorocaba. Sobre a criação e alterações destas áreas, consultar os decretos estaduais números 22.592 de 22/08/1984, 26.581 de 05/01/1987 e 32.141 de 14/08/1990.

6.394,44 km²; RG de Itapetininga, 6.480,9 km²; RG de Itapeva, 12.784,67 km² e RG de Sorocaba, 7.110,26 km².

No que tange às características das outras regiões que compõem a RA de Sorocaba, cabe ressaltar a diferença quanto à inserção econômica – que se concentra principalmente no setor primário com alguma atividade industrial significativa na região de Itapetininga –, e à dinâmica populacional: maior percentual da população no meio rural, menores taxas de crescimento populacional, baixa atração populacional ou, até mesmo, evasão.

Figura 1. Estado de São Paulo, RA de Sorocaba por Regiões de Governo, AU de Sorocaba e municípios selecionados (São Paulo e Campinas).



Fonte: Fundação IBGE (2000). Malha Digital Municipal

A Tabela 2, abaixo, mostra o grau de urbanização para cada uma dessas localidades e ilustra a relação exposta anteriormente. Isto é, as baixas taxas das demais sub-regiões de Sorocaba fazem com que a região administrativa presente, no ano de 1940, um baixo percentual de urbanização – em torno de 30% – ficando abaixo do valor encontrado para o total do estado. A afirmação

ganha corpo se observado apenas a sub-região de Sorocaba⁷, em que os municípios de Itu, Salto e Sorocaba contribuem para o incremento da taxa que é de quase 50%. São essas localidades que detêm a maior parcela do parque fabril regional e, por isso, imprimem outro ritmo e dinâmica social, estabelecidos pelas relações de trabalho e consumo. Nisso, destaca-se o município-sede que já na década de 1940 apresentava um grau de urbanização de 78%.

No início da década de 1940 Sorocaba contava com uma população de 70.299 habitantes. No que tange às características das outras regiões que compõem a Região Administrativa de Sorocaba, cabe ressaltar a diferença quanto à inserção econômica que se concentra principalmente no setor primário com alguma atividade industrial significativa na região de Itapetininga, e à dinâmica populacional: maior percentual da população no meio rural, menores taxas de crescimento populacional, baixa atração populacional ou, até mesmo, evasão.

⁷ Cabe destacar que os municípios que faziam parte da sub-região de Sorocaba e que compõem hoje a AU de Sorocaba passaram por uma série de desmembramentos ao longo do tempo: a partir de Sorocaba foram criados os municípios de Salto de Pirapora (1953) e Votorantim (1964); Mairinque (1959) desmembrou-se de São Roque e Alumínio (1991) emancipou-se de Mairinque. O único município que não compunha o atual recorte da AU de Sorocaba é Iperó, que foi desmembrado de Boituva no ano de 1964

Tabela 2. Grau de urbanização e população total, Estado de São Paulo, RA, Sub-regiões e municípios da Sub-região de Sorocaba, 1940-1960

Municípios da Sub-região de Sorocaba	1940		1950	
	Urb. (%)	Pop. Total	Urb. (%)	Pop. Total
Sorocaba	78,3	70.299	82,0	93.928
Salto	67,1	12.092	79,4	11.400
Itu	51,5	26.647	53,8	30.883
São Roque	33,4	21.806	39,3	27.217
Piedade	12,3	15.220	17,6	20.577
Araçoiaba da Serra	10,4	10.916	11,7	10.711
Sub-regiões da R.A. de Sorocaba	Urb. (%)	Pop. Total	Urb. (%)	Pop. Total
Sorocaba	47,7	201.895	52,7	251.447
Botucatu	32,5	101.883	38,2	100.373
Tatuí	31,8	78.250	41,1	78.107
Itapetininga	27,0	65.306	34,4	69.640
Avaré	22,6	84.445	30,7	71.942
Itapeva	20,2	74.986	27,9	79.222
Capão Bonito	12,6	47.969	14,9	57.075
RA de Sorocaba	32,4	654.734	39,5	707.806
TOTAL Estado	44,1	7.180.316	52,6	9.134.423

Fonte: Fundação IBGE (1940; 1950; 1960); Fundação SEADE (1980, p.118-120).

Nota* Foram selecionados apenas os municípios que comporiam a AU de Sorocaba no ano 2000

Esse processo de desenvolvimento econômico e urbano, fez com que a parcela da população jovem da cidade fosse absorvida pelo mercado de trabalho, o que necessariamente passaria a requerer um nível elevado de escolarização, a educação superior.

Assim como em todo o país, a demanda por escolarização se apresentou tardia em Sorocaba, só acontecendo quando o alijamento escolar da população começou a ser empecilho para o desenvolvimento econômico pretendido. A

sociedade brasileira ao buscar um desenvolvimento em base urbano-industrial constatou a problemática do analfabetismo. (BOSCHETTI, 2006)

A autora ainda cita:

Segundo Ribeiro (1988), os indicadores apresentavam redução representativa de 10 pontos percentuais em 20 anos, mas mantinham dados alarmantes se consideradas as proporções: em 1890, 85% do povo era analfabeta; em 1920 mesmo a porcentagem caindo para 75%, identificava a triste realidade: a grande parte da população brasileira estava desprovida dos componentes básicos da leitura e da escrita (Instituto Nacional de Estatística do Brasil, ano II, 1936, p.43). (BOSCHETTI, 2006, p.132).

Os indicadores são frios na emissão dos números, não explicitando, por exemplo que, numa sociedade agrária, leitura e escrita eram consideradas dispensáveis para as práticas de cultivo. A população brasileira, rural em sua concentração, não conseguia abstrair – e nem era estimulada a fazê-lo – no cotidiano de suas responsabilidades, nem a importância da aprendizagem, nem o direito à educação, nem a ausência de escolas rurais que mesmo instituídas legalmente, não completavam o cenário das grandes propriedades agrícolas.

Também a instrução popular, no início do século XX, era dirigida, basicamente, aos trabalhadores – brasileiros ou estrangeiros- e a seus filhos, trazendo dos anos finais do Império, a herança de um mero ensino de primeiras letras. As poucas casas de educação e recolhimento existentes eram destinadas às crianças pobres e abandonadas, mantidas como obras assistencialistas. (BOSCHETTI, 2006)

Entretanto, as dificuldades geradas pela falta de escolarização e de cultura se fizeram sentir num ambiente que trazia novas exigências e perspectivas até então pouco usuais e desconhecidas pela maioria da população. Há que se destacar também que “o imaginário republicano destinava à escola a redenção da população urbana”. (MENON, 2002, p.137).

Instalaram-se algumas escolas isoladas destinadas, predominantemente, à população trabalhadora, nas proximidades das fábricas ou núcleos coloniais e fazendas, oferecendo cursos diurnos e noturnos e ensino diferenciado de acordo com clientela, “suprindo” as necessidades locais. Os grupos escolares, diferentemente das escolas isoladas, ofereciam ensino à uma população mais

heterogênea, considerados mais eficientes e equipados para o ensino primário. (BOSCHETTI, 2006)

4.1 Contextos de articulações na década de 1940

Apesar dos resultados das articulações propiciarem concretamente a instalação de duas faculdades, é de se ressaltar que os resultados foram surpreendentes se considerarmos que no final do Estado Novo, em 1945, encontrara uma Sorocaba numa situação bastante desfavorável às tentativas de se afirmar como um centro de educação superior.

A derrocada da Primeira República forneceu à Igreja uma situação propícia para suplantar o ostracismo a que tinha sido relegada pela Constituição de 1891, de inspiração positivista. A debilidade endêmica da ordem política instaurada no país com a Revolução de 30 converteu-a em uma força social de peso para a legitimação do novo arranjo de poder. Contudo, a questão educacional se configurou, no período, em um importante elemento de barganha que viabilizou a reaproximação entre a Igreja e o Estado. Assim, foi nesse segundo momento que as lideranças leigas e eclesiásticas, em troca do suporte ao regime, conseguem ver realizadas algumas de suas demandas centrais no setor de ensino. Além disso, a crescente estruturação e afirmação alcançadas pelo movimento católico nessa etapa permitiram também que o grupo empreendesse, em caráter particular, iniciativas relevantes no campo da educação superior.

O contexto dos anos 30 presenciou, sobretudo até 1937, um aguçamento dos debates pedagógicos nos quais se destacou, como o principal concorrente e opositor aos católicos, o grupo dos "educadores profissionais" identificados com o movimento da Escola Nova. O Estado recém-implantado, sem uma diretriz educacional definida e buscando sempre soluções conciliatórias, oscilava entre as duas tendências, atendendo as reivindicações ora de um, ora do outro grupo em litígio.

Cabe ainda uma última observação: a própria estrutura altamente hierarquizada da Igreja universalizadora impõe a necessidade de se pensar as Igrejas de âmbito nacional como células desse conjunto mais amplo. As relações destas últimas para com a Santa Sé se configuram como relações de nítida subordinação, cujas orientações gerais a serem seguidas são ditadas e veiculadas sobretudo por meio de encíclicas papais.

Para Salem (1982), a atribuição à universidade do papel de peça chave para a reconstrução nacional permite deduzir que o agente que efetivasse seu controle sobre esse sistema estaria garantindo, paralelamente, a base para irradiar seu poder de influência por todas as outras esferas sociais. Nesse sentido, as Faculdades de Medicina e Filosofia, Ciências e Letras eram pensadas pelas lideranças laicas e eclesíásticas do período como tendo duplo sentido político, fortemente relacionados entre si: de um lado, ela se constituiria em uma instituição de combate ao ensino e à mentalidade laicistas, garantindo a resolução das crises nacionais e barrando a penetração da ideologia comunista no país; de outro, na medida em que se responsabilizasse pelo adestramento das futuras elites dirigentes, a Igreja, por suposto, concretizaria sua meta de recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado e conseqüentemente a da própria cidade de Sorocaba.

O ensino superior em Sorocaba nasce em um período de disputa entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado, em uma luta pela acumulação de capital pelos donos das escolas privadas com a preocupação em garantir recursos estatais no Brasil. Isso é verificado com a criação do Fundo Nacional do Ensino Médio (1954) que tinha por objetivo a transferência de recursos públicos às escolas particulares, para sustentar a margem de lucro das escolas privadas. (CUNHA, 2002).

Na história da educação superior no Brasil, as discussões organizadas pelos agentes políticos indicavam que ao ensino superior, dentre tantas funções, caberia a formação de uma elite capaz de dirigir os rumos das cidades, dos estados e do próprio país. Nesse contexto é possível observar que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, mesmo criadas tardiamente se comparadas com as Faculdades de Engenharia, Direito e Medicina,

buscavam formar lideranças políticas e intelectuais. É passível de sustentar que esse aspecto aproxima os diferentes projetos das faculdades de filosofia, criadas no Brasil entre os anos de 1940 e 1950, cujo contexto interessa a este texto.

A criação da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surge nesse contexto de contornos ideológicos diversos e da mobilização das forças políticas locais, com grande apoio da Igreja Católica no início da década de 1940.

Para Sampaio (1999) a participação da Igreja Católica representava muito mais que a intenção de compactuar a educação superior com o Estado. A criação da rede de universidades católicas ocorreu em um contexto também de expansão da rede pública de ensino superior, especialmente da rede federal e das iniciativas estaduais, governamentais ou não. Na realidade, o impacto das universidades católicas no sistema teve, acima de tudo, um caráter simbólico: coroou a quebra do pacto Estado/Igreja na história de ensino superior no Brasil nos anos 30 e início dos anos 40.

O fato de a Igreja Católica ter buscado seus próprios caminhos na década de 40, todavia, não significou um rompimento total com o Estado: as universidades católicas, criadas a partir da segunda metade da década de 40, estabeleceram-se antes como um setor semigovernamental do que estritamente privado, tendo dependido em maior ou menor grau do financiamento estatal (SAMPAIO, 1999).

Com efeito, a decisão dos estabelecimentos particulares de expandirem-se mediante a criação de cursos voltados para a formação de professores respondia à confluência de três fatores. Em primeiro lugar, a vigência de uma legislação, a de 1931, em que a concepção de universidade baseava-se na existência de um núcleo - a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - em torno do qual seriam organizadas as demais escolas de formação para profissões tradicionais. Em segundo, a existência de uma clientela motivada pelas novas oportunidades de acesso ao ensino superior e de carreira no magistério; ou seja, a relativa ampliação da rede de ensino público médio, nos

anos 50, acabava funcionando nas duas pontas: de um lado, aumentava a demanda por ensino superior; de outro, alimentava o próprio mercado ocupacional para os egressos dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras. Em terceiro, a estratégia das próprias instituições particulares no sentido de se expandirem sem dispor de muitos recursos financeiros; cursos dessa natureza tendem a funcionar, até hoje, baseados sobretudo em recursos humanos. (SAMPAIO, 1999)

O Estado de São Paulo segue criando novas universidades pela agregação de faculdades. Na época, o perfil de Universidade é o profissional: “a elite formava-se em escolas superiores que embora visando à cultura profissional davam sobretudo ênfase ao sentido liberal das antigas e nobres profissões de Direito e da Medicina.” (TEIXEIRA, 1969, p. 28). A formalização deste perfil se dará em 1931, com o decreto 19.851, de 11 de abril, que estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras, e fixa os fins do ensino universitário no seu artigo 1º:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (ROMANELLI, 2002, p. 132)

No Estado de São Paulo, no período de 1930 a 1954, muitas universidades foram criadas, como a Universidade de São Paulo (USP) fundada em 25 de janeiro de 1934. Durante esse período as Universidades Católicas recém criadas são nomeadas Pontifícias Universidades Católicas, sendo visível a pressão da Igreja no sentido de garantir sua presença e segurança enquanto comunidade católica na defesa dos princípios cristãos para toda a comunidade nacional. Por isso, o interesse da Igreja em fundar Instituições Católicas estrategicamente posicionadas no país, a exemplo das Pontifícias Universidades Católicas: São Paulo/SP, Campinas/ SP, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS.

A universidade católica que se forma neste processo nasce inspirada em um duplo referencial que dá sentido à sua identidade: o referencial

antropológico e o referencial teológico, na medida em que ambos, também, podem assumir um viés conservador ou um viés transformador. Essa personalidade ambígua pode ser considerada como fator que dificulta a caracterização das universidades confessionais, pelo fato de que elas são sensíveis e vulneráveis aos agentes determinantes da realidade cultural, social e econômica na qual estão inseridas, bem como às influências de políticas e relações de poder intramuros.

Dentro desse contexto a mobilização para as criações das primeiras faculdades em Sorocaba se constituíram através das articulações promovidas pelo Cônego André Pieroni, representante da Igreja católica, em conjunto com o executivo municipal e o setor industrial, isto é, de um lado o Prefeito Gualberto Moreira⁸ e do outro o industrial José Ermírio de Moraes (ALMEIDA, 1989).

Durante a mobilização e articulações do processo de criação da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, as pessoas que estavam diretamente envolvidas para que se viabilizasse a institucionalização da Educação Superior foram: Pe. André Pieroni, o Prefeito Municipal Gualberto Moreira, Mons. Francisco Antônio Cangro vigário geral da Diocese e Cura da Sé Catedral, o Bispo Diocesano D. José Carlos de Aguirre, o Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e Dom Helder Câmara, Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Educação.

As primeiras instituições de educação superior acima descritas, estão configuradas como um espaço da produção da política local. Embora a intenção seja superar a visão tradicional, não implica necessariamente a renúncia à compreensão articulada e racional do movimento objetivo em favor de uma abordagem relativista e fragmentada (RODRÍGUEZ, 2010).

Havia em Sorocaba, em 1948, interessados em criar escolas superiores: Padre André Pieroni, ligado à Diocese, projetava instalar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinada a formar professores para escolas

⁸ Primeiro prefeito escolhido por voto direto em toda a história de Sorocaba. Teve dois mandatos: de 1948-1950 e de 1955-1959.

secundárias; outro interessado era o prefeito Gualberto Moreira, médico, que queira dotar a cidade de uma escola médica.

Para Carneiro (1999, p. 17) cita em sua pesquisa sobre os 50 anos da Faculdade de Medicina:

[...] um dia, o porta voz do grupo ligado à Diocese, padre André Pieroni Sobrinho, entrou no gabinete do prefeito, sem pedir licença, reclamou sua ajuda para criar a Faculdade de Filosofia e ouviu uma resposta surpreendente: - "Só se o senhor me ajudar a criar uma faculdade de medicina". Pieroni acabou sendo nomeado Secretário de Assistência Social e recebeu a tarefa de encaminhar as questões ligadas à criação da escola médica.

A participação do Pe. André Pieroni⁹ foi de destaque em todo processo de criação das faculdades, no entanto, as pretensões pedagógicas católicas que poderiam ser representadas pela Igreja Católica esbarraram em propostas educacionais alternativas e mesmo antagônicas às suas que se articulavam, com maior nitidez, nesse momento.

Político, educador e padre, André Pieroni constantemente provocava uma certa atenção pela igreja católica, porém, conservava a obediência à igreja recusando até mesmo uma possível candidatura a vice-prefeito na cidade de Sorocaba. Contudo sua relação estreita com o Prefeito Gualberto Moreira o colocou em uma posição delicada quando o opositor de Gualberto assume o executivo de Sorocaba, Emerenciano Prestes de Barros.

Mesmo com toda a participação e efetivação das duas faculdades, Pe. Pieroni não ocuparia efetivamente nem um cargo dentre as referidas aqui neste trabalho. Ora por imposição eclesiástica, ora por pressão política que outrora

⁹ Padre André Pieroni Sobrinho nasceu em Vagli Sotto que é uma comuna italiana da região da Toscana, província de Luccana na Itália. Veio menino para o Brasil e fez seus estudos nos seminários de Botucatu e São Paulo. Devido à influência de seu tio conhecido e respeitado em Laranjal Paulista tornou-se presbítero em 1934, nomeado por Dom José Carlos de Aguirre.

Seguindo a carreira eclesiástica foi um incentivador e colaborador de Dom José Carlos de Aguirre na construção do seminário "São Carlos Borromeu", e na década de 1940 foi designado ministro disciplinar e professor daquele mesmo estabelecimento. Trabalhou em várias cidades, mas mesmo assim que voltou a Sorocaba. Sua militância foi acentuada quando iniciou o trabalho pastoral junto aos operários, fundando na cidade a Juventude Operária Católica.

foi oposição ao governo de Gualberto Moreira como cita o jornal Cruzeiro do Sul¹⁰:

[...] Responsável direto pela transformação de Sorocaba num centro universitário o Pe. Pieroni não chegou a ocupar funções em qualquer das escolas que viu nascer. Uma das condições colocadas para a implantação da Filosofia, por exemplo, foi a sua renúncia ao cargo de vice-diretor, que ele aceitou sem questionar.

O jornal Folha de Sorocaba¹¹ citava esse mesmo episódio sobre a Faculdade de Filosofia: *“Foi o primeiro secretário da Reitoria, mas por política foi obrigado a renunciar entrando em seu lugar o Monsenhor Misiara que instalou a nova escola.”*

4.2 A Faculdade de Medicina

As articulações para a criação da Faculdade de Medicina, que viria a ser a primeira Faculdade de Medicina do interior do Brasil, se iniciaram em meados da década de 1940. A intenção surge como uma peça fundamental para o atendimento das necessidades da população economicamente mais ativa e de uma população urbana crescente, onde o ensino superior era sinônimo de ascensão econômica e social presente na época.

Apesar das intenções por parte da classe média urbana para a efetivação da criação da faculdade, o processo para tal efetivação encontrou diversos entraves. As ideias não frutificaram em um resultado concreto em razão de disputas políticas vigentes na época, como mostra o Jornal Cruzeiro do Sul (Do sonho à realidade, 1950): *“As lutas internas travadas aqui, estiveram a pique de transformar tudo, pouco faltando para se afirmar ser a sua instalação entre nós um luxo supérfluo por cuja sua manutenção não poderíamos responder”*¹².

¹⁰ EDITORIAL, Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 30 de maio de 1979.

¹¹ CAPA, Jornal Folha de Sorocaba, Sorocaba, 26 de março de 1972.

¹² DO SONHO À REALIDADE. Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15, abril de 1950.

Como dito anteriormente, a classe média urbana do interior paulista almejava a criação de faculdades para absorver a demanda de jovens à procura de educação superior pertencentes a essa mesma elite. Por uma questão cultural cursos como Direito e Medicina eram os mais procurados por famílias economicamente privilegiadas, como dito por Teixeira (1969): “a elite formava-se em escolas superiores que embora visando à cultura profissional davam sobretudo ênfase ao sentido liberal das antigas e nobres profissões de Direito e da Medicina.”

A Falta de médicos no interior paulista era um argumento concreto usado pelo poder público para a necessidade de ampliação da oferta de médicos com uma instituição que os formasse. Tannos (2012) em seu trabalho sobre a Faculdade de Medicina de Sorocaba cita que a estatística oficial, em 1946, contava 4.880 médicos no Estado de São Paulo; 55% trabalhavam na capital. A proporção era de um médico para cada 550 habitantes. No interior do estado, onde se situavam 45% dos profissionais, havia um médico para cada 3.100 habitantes; também concentrados nas grandes cidades. Na Região Sul, da qual Sorocaba era a cidade mais importante, contabilizaram 26 municípios sem médico. Sorocaba contava com 68 profissionais, incluindo facultativos das cidades vizinhas.

Padre André Pieroni foi o responsável, como dito anteriormente, por diversas tarefas para com a criação da Faculdade de Medicina, dentre elas: elaborar projeto, escolher instalações provisórias e definitivas, conseguir recursos para a sustentação da escola e encontrar a instituição educacional no qual se alojaria.

Carneiro (1999) descreve que quando Gualberto Moreira e o Pe. André Pieroni encetaram o projeto de fundar a primeira Faculdade de Medicina do Interior do Brasil, havia no mesmo local o recém fundado Hospital Santa Lucinda, moderno e bem equipado pelas Indústrias Votorantim. Contudo esse prédio perderia sua destinação exclusiva de Hospital Maternidade e passaria a ser um Hospital Geral a fim de sediar a Escola Médica.

A fonte de recursos foi um grande entrave para os idealizadores da Faculdade, pois uma das principais razões foram as dificuldades para inclusão no orçamento municipal, pela precariedade de recursos do orçamento. O poder público sozinho não daria conta dos gastos como construção de prédio, instalações e manutenções que eram parte fundamental do processo de criação.

Procurou-se solucionar parcialmente esse entrave com o estreitamento de relações entre o setor industrial, representando os interesses da classe média urbana, e o poder público municipal na forma de uma lei que garantiu recursos financeiros oriundos de impostos para as despesas de criação da faculdade:

LEI Nº 126, de 12 de Julho de 1949.

Dispõe sobre a criação da Taxa de Educação e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica creada uma taxa adicional de 16% (dezesesseis por cento) a ser cobrada sôbre todos os impostos municipais para fazer face às despesas decorrentes da instalação de uma Faculdade de Medicina e da Assistência 'a Infância.

Com a promulgação da lei acima citada, jornais de circulação estadual já davam notícias sobre a instalação da Faculdade de Medicina em Sorocaba, como a notícia no Jornal O Estado de São Paulo:

Sorocaba, 10, notícias aqui chegadas e oriundas de fonte autorizada informam que será realidade, dentro em pouco tempo, a instalação na nossa cidade, da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo...¹³

Mesmo sem a autorização de funcionamento, a prefeitura de Sorocaba já contraía empréstimos para construção e aparelhagem do prédio que sediaría a Faculdade de Medicina, que de acordo com a Lei n.º 137:

LEI N.º 137, de 29 de Novembro de 1949

Autoriza o lançamento de um empréstimo de Cr\$ 25.000.000,00, e dá outras providencias.

¹³ INSTALAÇÃO DE UMA FACULDADE DE MEDICINA EM SOROCABA, Jornal O Estado de São Paulo, 21 de julho de 1949.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair um empréstimo interno até a quantia de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), por meio de emissão de letras ao portador de valor nominal de Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros), até a importância, de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) até a importância de Cr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros); e de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), do restante de Cr\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil cruzeiros), a juros de 8% (oito por cento) ao ano, amortizáveis dentro do prazo de 40 (quarenta) anos, por meio de sorteios anuais.

Artigo 2º. O empréstimos a que se refere a presente lei destina-se ao resgate da dívida consolidada autorizada pela Lei nº 29, de 21 de dezembro de 1936 (Cr\$1.748.000,00), e o saldo respectivo será aplicado:

Cr\$

- a) Pagamento da dívida Flutuante 1.144.880,60
- b) Despesas do empréstimo 57.119,40
- c) Corpo de Bombeiros do Município 500.000,00
- d) Construção de Casas Populares 500.000,00
- e) Aquisição da “Chácara Quinzinho de Barros” 3.000.000,00
- f) Ampliação do “Cemitério da Consolação” 350.000,00
- g) Construção e montagem da garagem e oficinas mecânicas da Prefeitura Municipal 450.000,00
- h) Ampliação da Escola Normal, para servir do Ginásio 200.000,00
- i) Aparelhamento do Serviço de limpeza Pública, etc. 800.000,00
- j) Aparelhamento da Assistência Pública 200.000,00
- k) Desapropriações diversas 800.000,00
- l) Construção e aparelhagem da Faculdade de Medicina 5.000.000,00
- m) Melhoria nas dependências do Matadouro Municipal 500.000,00
- n) Alargamento da ponte sobre o Rio Sorocaba e outras 1.500.000,00
- o) Construção do Ginásio de Esportes 1.000.000,00
- p) Desapropriação de terreno para o Paço Municipal 750.000,00
- q) Serviço de água e Esgotos do Município 4.000.000,00
- r) Serviço de Pavimentação da cidade 2.000.000,00

e) Aquisição de máquinas agrícolas para aluguel aos pequenos lavradores do Município 500.000,00...

É verificado em seu artigo 2º que a prefeitura municipal contrairia empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00 para "Construção e aparelhagem da Faculdade de Medicina", mostrando que o processo de instalação contava com as articulações favoráveis para o apoio do poder legislativo.

A autorização para o funcionamento da faculdade foi uma questão de tempo. A mobilização dos setores políticos na esfera federal renderia a autorização no dia 14 de abril de 1950 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra:

Decreto nº 28.003, de 13 de Abril de 1950

Autoriza o funcionamento do Curso Médico da Faculdade de Medicina de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando a atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 23, do Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Médico da Faculdade de Medicina de Sorocaba, mantida pela "Fundação Sorocaba" Estado de São Paulo.

O jornal Cruzeiro do Sul em sua edição no mesmo dia noticiava quais foram os principais articuladores nesse processo:

Sorocaba, está pois, de parabéns e muito particularmente os elementos que se destacaram nessa brilhante conquista, dentre os quais destacamos o dr. José Ermírio de Moraes, Padre André Pieroni e dr. Gualberto Moreira, além de muitos outros.¹⁴

A articulação política com o setor industrial, representado pela figura de José Ermírio de Moraes – futuro senador da República, pelo PTB de Pernambuco –, aconteceria após o falecimento de seu sogro, o comendador Pereira Ignácio, em 14 de fevereiro de 1951. José Ermírio de Moraes assume a direção das Indústrias Votorantim e das Fundações Sorocaba e Votorantim.

Essa articulação ocorreu na forma de subsídio de estrutura administrativa da Fundação Sorocaba que acabou sendo exclusivamente responsável pela construção do prédio da faculdade.

¹⁴ CAPA. Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 14, abril de 1950.

Já com a autorização de funcionamento, a garantia de dinheiro público e a estrutura administrativa de uma fundação para a construção de um prédio próprio para a faculdade, o poder executivo e legislativo entram em consenso e se responsabilizam com a doação do terreno como consta a Lei Municipal nº 244, de 30 de novembro de 1951:

Dispõe sobre autorização à Prefeitura para fazer doação pura e simples, a Fundação Sorocaba, de uma área de terreno, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a fazer doação, pura e simples, à Fundação Sorocaba, entidade mantenedora da Faculdade de Medicina de Sorocaba, de uma área de terreno de sua propriedade, medindo 10 (dez) metros de frente para a rua Cláudio Manuel da Costa, por 30 (trinta) metros da frente ao fundo, na quadra F da Vila Boa Vista.

Art. 2º - O terreno a que se refere o artigo anterior destina-se a completar a área necessária à construção do prédio próprio da Faculdade de Medicina de Sorocaba.

A consolidação da doação do terreno e a responsabilidade atribuída a Fundação Sorocaba com o suporte do Grupo Votorantim¹⁵ garantiu o estreitamento político construído na esfera nacional. Desde a sua inauguração a Faculdade de Medicina funcionava nas dependências do Hospital Santa Lucinda, pertencente a Fundação Sorocaba.

Nesse sentido foi criada uma lei federal onde mais recursos financeiros seriam disponibilizados para as despesas com as instalações e construção do prédio. Esse projeto de lei 310/1951 de 10 de maio de 1951, se transformaria em Lei Ordinária em 1954:

Lei nº 2.243, de 22 de Junho de 1954

Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Fundação Sorocaba.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É concedido à Fundação Sorocaba, com sede em Sorocaba, Estado de São Paulo, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco

15 O Grupo Votorantim é um conglomerado industrial brasileiro de capital fechado criado pelo engenheiro pernambucano José Ermírio de Moraes, fundado em 1918, reúne empresas de vários segmentos.

milhões de cruzeiros), para prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba.

Art. 2º O Poder Executivo abrirá pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial necessário à execução desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1954.

João Café Filho,
Presidente do Senado Federal.

A atribuição de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para dar prosseguimento na construção do prédio foi destinada à Fundação Sorocaba. No mesmo ano do Projeto de Lei 310/1951, outro decreto do Congresso Nacional declarava a Fundação Sorocaba como de Utilidade Pública¹⁶:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 12. Declarada de utilidade pública a Fundação Sorocaba, entidade civil, com sede em Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, 10 de setembro de 1951

Getúlio Moura, presidente.

Nesse momento a Faculdade de Medicina atenderia a demanda do interior paulista para com a falta de escolas médicas. Apesar de Sorocaba contar como sede, o maior número de alunos vinha de outros lugares do estado de São Paulo, que pouco depois de formados iriam para outras partes do país, como mostra a Tabela 3 de origem e destino da primeira turma da Faculdade de Medicina de Sorocaba:

Local	Procedência dos aprovados no primeiro vestibular	Local de atividade dos formados da primeira turma (1956)	Local de início das atividades dos aprovados no primeiro vestibular após formados

¹⁶ Fundação de Utilidade Pública é uma pessoa jurídica criada por dotação de um particular, ou mesmo do Estado, para fins de utilidade pública em geral, em regra beneficente, filantrópica ou para desenvolvimento cultural, científico ou tecnológico. Para criar uma fundação, far-lhe-á o seu instituidor, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que a destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Sorocaba	6	10	11
São Paulo	19	16	22
Interior	26	13	18
Total	51	39	51

Fonte: Faculdade de Medicina – PUC, Sorocaba

Após o reconhecimento de seu curso médico, nesse mesmo ano, a Faculdade de Medicina de Sorocaba foi repassada a Fundação São Paulo e posteriormente agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo¹⁷. Essa decisão somente viria no início da década de 1970 quando a Fundação Sorocaba passa por crise financeira, como é noticiada pelo Jornal O Estado de São Paulo:

[...] foi integrada oficialmente a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como solução que aquela escola estava sofrendo. A decisão foi tomada em reunião realizada anteontem na sede da PUC, quando se deliberou a extinção da Fundação Sorocaba, mantenedora da Faculdade e a transferência de seu patrimônio para a PUC¹⁸.

Sorocaba despontava como a primeira cidade do interior do Brasil a receber uma faculdade de medicina. A Faculdade foi constituída por uma estrutura inovadora – foi a primeira do Brasil a ter suas disciplinas distribuídas por departamentos – e desde o início adotou padrões exigentes de qualidade. Autorizada a receber 70 alunos por turma, pediu a redução do número para 50, com a finalidade de organizar peças anatômicas que a escola não possuía e eram consideradas essenciais ao ensino. (CARNEIRO,1999)

¹⁷ A Universidade Católica de São Paulo passou à categoria de universidade em 1946 (o título de “Pontifícia” é de 1947, quando a instituição torna-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), mantida pela Fundação São Paulo.

¹⁸ Sorocaba entrega Faculdade à PUC, Jornal O Estado de São Paulo, 10 de setembro de 1970.

Hoje a Faculdade integra o Centro de Ciências Médicas e Biológicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que mantém, ainda, os cursos de enfermagem e biologia.

4.3 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

O motivo da escolha do curso de Filosofia como um dos núcleos iniciais da futura universidade encontra perfeita consonância com o ideário pedagógico católico. A presença de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em conjunto com mais duas unidades, se constituiu em uma das exigências oficiais para que um estabelecimento de ensino superior recebesse a denominação de universidade. (SALEM, 1982)

Contudo a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se insere no contexto da expansão do sistema de ensino voltado a atender às redes de formação de professores, tanto a pública quanto a privada. Tal realidade era travestida de aspectos sociais e econômicos de uma sociedade cujos grupos econômicos lutavam por se estabelecer enquanto representantes de uma cultura considerada socialmente distinta.

A demanda para atender a classe menos favorecida economicamente foi buscada na instalação de cursos que exigiam uma maior amplitude nas questões educacionais e sociais, demanda essa vista como prioritária por setores da Igreja Católica, mais precisamente André Pieroni.

Essa demanda serviu para que o então prefeito Gualberto Moreira usasse o discurso de instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como uma das principais promessas de campanha na condição de candidato a deputado estadual:

Comprometo-me com a “Frente Única Popular Pró Sorocaba” a trabalhar junto ao Governo do Estado de São Paulo e da Assembleia Legislativa Estadual, para conseguir os melhoramentos abaixo discriminados e inevitáveis à vida pública do Município:

[...] 3 – Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.¹⁹

O resultado das eleições em outubro de 1950 foi a confirmação do apoio da população da cidade ao então novo deputado estadual. A parceria com o Pe. André Pieroni, destacada anteriormente, foi sendo decisiva para a consolidação da faculdade.

Depois de toda articulação desempenhada por Pieroni no processo de criação da Faculdade de Medicina e a eleição de Gualberto Moreira à Deputado Estadual, a autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi sancionada pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Nesse decreto lei constava:

DECRETO N. 32.038 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei 421, de 11 de maio de 1938,

decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, mantida pela Prefeitura de Sorocaba e com sede naquela cidade, no Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Toda movimentação para a instalação, desde a assinatura de autorização da criação da faculdade até o início de funcionamento em 1955, foi pautada pela presença do Pe. André Pieroni representando as aspirações da Igreja Católica como citava o jornal Cruzeiro do Sul²⁰:

Naquele ano, Sorocaba - até então um dos centros industriais mais importantes do Estado, em razão das fábricas de tecido – havia conseguido a primeira Faculdade de Medicina do interior do Brasil. [...] O sorocabano sentiu que Sorocaba poderia afirmar-se também como um centro escolar de maior importância. E foi então que Pe. Chiquinho (mons. Francisco Antonio Cangro, vigário da catedral) e o cônego André Pieroni começaram o movimento em favor da criação de uma Faculdade de Filosofia.

¹⁹ Porque votar em Gualberto Moreira? Jornal Folha Popular, 12 de julho de 1950.

²⁰ Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 07, março de 1979.

Como Pe. André Pieroni projetava instalar a Faculdade de Filosofia, destinada a formar professores para escolas secundárias, acabou sendo nomeado Secretário de Assistência Social pelo prefeito Gualberto Moreira. Recebeu a tarefa de encaminhar as questões ligadas à criação da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia.

No ano seguinte à autorização de funcionamento da Faculdade de Medicina, foi enviado à Câmara Municipal em 10 de agosto de 1951, o projeto de lei, que posteriormente se tornaria lei municipal, que dispunha sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, objeto de acordo junto ao executivo municipal, e aprovado em três sessões da Câmara Municipal. Nele consistia²¹:

Prefeitura Municipal de Sorocaba Lei número 233, de 23 de agosto de 1951.

Dispõe sobre a criação da Faculdade de Filosofia de Sorocaba e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei;

Art. 1º: Fica criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Parágrafo Único: - O Prefeito Municipal providenciará junto às autoridades do ensino competentes no sentido de obter imediata legalização da Faculdade ora criada, para o seu funcionamento, nos moldes estabelecidos pelas leis vigentes com relação a estabelecimentos dessa natureza.

Art. 2º: Os corpos administrativos e docentes serão organizados pelo Prefeito Municipal de acordo com as necessidades do funcionamento do estabelecimento.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada como uma instituição municipal, que passaria à administração da Cúria Diocesana de Sorocaba. A entrega da administração à Cúria Diocesana, que detinha todo aparato administrativo e pessoal responsável pelos trâmites burocráticos, foi consolidado em 27 de novembro de 1951, onde foi debatido na Câmara Municipal o projeto de Lei 115/51 que entregaria para a própria Cúria a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Este

²¹ Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei nº. 233, 23/08/51, Livro de Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

projeto foi aprovado em 04 de dezembro de 1951, sendo sancionado como Lei nº. 251/51²²:

Lei nº. 251 de 4 de dezembro de 1951.

Entrega à Cúria Diocesana de Sorocaba a administração da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Municipal de Sorocaba.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica entregue a Cúria Diocesana de Sorocaba a Administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, criada pela Lei 233 de 23 agosto de 1951.

Art. 2º - Competirá a Cúria Diocesana de Sorocaba por intermédio do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade, a contratação de lentes e pessoal administrativo estritamente necessário ao funcionamento da Faculdade.

Art. 3º - As despesas com a administração e manutenção da Faculdade correrão por conta da municipalidade, nos limites das verbas consignadas por orçamentos.

Conforme observado, estava encaminhado o controle administrativo da Faculdade, que tornou-se competência da Cúria Diocesana de Sorocaba. Fato que demonstrou as relações com o poder executivo municipal através de intensas reuniões desde o início da década de 1950, representado nas figuras do Bispo Diocesano Dom José Carlos de Aguirre e de Pe. André Pieroni.

Os poderes Legislativo e Executivo, através de leis, deixam à Diocese de Sorocaba a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras contribuindo para a influência no ensino, especialmente no ensino superior, respondendo um dos interesses da Igreja em viabilizar o ensino superior das camadas populares.

A movimentação estudantil, com o intuito de levar o prefeito recém eleito de Sorocaba, Emerenciano Prestes de Barros, a comprometer-se com a instalação da escola (oriunda de um projeto de seu antecessor e rival político Gualberto Moreira e na época recém eleito a deputado estadual) é um exemplo disso.

²²Prefeitura Municipal de Sorocaba. Livro de Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei nº. 251. 04/12/51.

Responsável direto pela transformação de Sorocaba num centro universitário, o Pe. Pieroni não chegou a desfrutar de suas funções em qualquer das escolas que viu nascer. Uma das condições colocadas para a implantação da Filosofia, por exemplo, foi sua desistência ao cargo que possivelmente exerceria como o de vice-diretor, que acatou sem questionar, devido a sua estreita relação com o político Gualberto Moreira e seu partido que haviam deixado o executivo.

Como citado anteriormente, o que se evidencia desse acontecimento é que a não ocupação de nem um cargo que justificasse a importância de tais realizações no ensino superior de Sorocaba ganhou relevância em alguns jornais da cidade quando o retratavam como "um homem injustiçado pelo esquecimento" pelo jornal Cruzeiro do Sul²³:

(..) além de padre e professor, o cônego a André Pieroni Sobrinho sempre foi um incansável batalhador das causas da cidade, especialmente no setor educacional. A juventude e de Sorocaba é até mesmo paulista deve a esse sacerdote a sua formação profissional, pois foi ele um dos principais arautos da criação da faculdade de Filosofia e Medicina e do Liceu Pedro II.

A verba municipal para a manutenção da faculdade não permitiu que algum curso funcionasse até o ano de 1953. A validade da autorização concedida pelo MEC não expirou por consequência de um projeto de Lei do vereador José Carlos Paschoal, que aprovaria a verba de quinhentos mil cruzeiros para que a faculdade pudesse iniciar suas atividades.

No início a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começou a funcionar no prédio do Colégio e Escola Normal Municipal "Dr. Getúlio Vargas", cedido pela Prefeitura Municipal e com vestibulares em 1954, porém a insuficiência de recursos impossibilitou o início das aulas naquele mesmo ano.

A possível solução encontrada em função da dificuldade orçamentária foi a participação da Família Scarpa:

A família Scarpa teve significativa importância no campo social de Sorocaba, através das seguintes iniciativas: doação da construção do pavilhão central da Santa Casa de Misericórdia (década de 1920); construção das instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na década de 1950, no bairro Trujillo [...]; constituição da Fundação Scarpa para administrar e manter, com seus recursos

²³ EDITORIAL, Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 07 de março de 1979.

próprios, os primeiros anos de faculdade; Ainda na década de 1950 a doação de dinheiro à Prefeitura Municipal para saldar salários atrasados dos servidores municipais; Ajuda na construção da Faculdade de Medicina, conjuntamente com a doação do Laboratório de Patologia.(MASSARI, 2011, p.27)

A criação da Fundação Scarpa para subsidiar o início das atividades da Faculdade foi o caminho encontrado para contornar a crise financeira que enfrentava o executivo municipal. Crise financeira essa, enfrentada desde o final da Segunda Guerra Mundial, com altos índices de inflação. Era o momento que a economia paulista contava com o aumento da participação da indústria e redução correspondente da agricultura. (ABREU, 2003)

Assim em 1954 foi oficializada no 2º Cartório da Comarca de Sorocaba, o processo que subsidiaria a Faculdade entre os anos de 1954 a 1956. Conforme a Lei nº 376²⁴, de 25 de setembro de 1954 nos evidencia:

Lei nº 376, de 25 de setembro de 1954.

Transfere para a Fundação Scarpa a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º- A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, criada pela Lei nº 233, de 23 de agosto de 1951, fica transferida para a Fundação Scarpa, entidade com sede nesta cidade, que terá a responsabilidade da administração, manutenção e outros encargos decorrentes do funcionamento da referida Faculdade, na forma dos seus estatutos.

Art. 2º- Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar 'a Fundação Scarpa o imóvel de propriedade da Municipalidade, abaixo caracterizado, situado nesta cidade, conforme planta organizada pela Diretoria de Viação e constante do Processo nº 3.752/54-PM., destinados 'as instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e de outros institutos complementares e suplementares afins, a saber:

- um terreno, de forma mais ou menos triangular, com a área de 7.765,00 m² (sete mil, setecentos e sessenta e cinco metros quadrados), inclusive benfeitorias, confrontando pela frente, na extensão de 126,00m, com a avenida Gonçalves Guimarães, e de 68,00m, com a rua Marília; de um lado, na extensão de 68,00 m, com quem de direito; e pelos fundos, na extensão de 177,00 m, com a avenida Adhemar de Barros.

²⁴ Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei nº. 376, 25/09/54, Livro de Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

§ único- Na hipótese de ser aproveitado em fim diverso daquele a que foi destinado ou no caso de extinção da Fundação, o imóvel doado reverterá ao patrimônio municipal, com as benfeitorias existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 3º- Fica concedida, a partir de 1955, uma subvenção anula de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) 'a fundação Scarpa, destinada a auxiliar a manutenção da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Sorocaba, para o que serão consignadas verbas próprias nos próximos orçamentos.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições as disposições em contrário.

Sorocaba, em 25 de setembro de 1954.

a). Emerenciano Prestes de Barros = Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura de Sorocaba, em 25 de setembro 1954.

a). Doracy Amaral - Diretor Administrativo -

A Fundação Scarpa, reformou o imóvel da Prefeitura, patrocinou a montagem da biblioteca, construiu o prédio da Avenida General Osório, n.º 35 e comprou todos os móveis e equipamentos para a Faculdade, colaborando e dando subsídios para o funcionamento das aulas, em 7 de março de 1955.

No término do ano de 1956 a Fundação Scarpa entrega a administração como forma de não deflagrar uma crise. A Prefeitura Municipal de Sorocaba enviou o projeto de Lei n.º 120/56 para a Presidência da Câmara Municipal de Sorocaba. E em 01/12/1956 foi aprovada com Lei 458/56²⁵. Segue um pequeno trecho da Lei:

[...] Art. 2º Fica revertido ao patrimônio municipal, com as bem feitorias existentes, independentemente de qualquer indenização, o imóvel que havia sido doado pela Prefeitura Municipal à Fundação Scarpa.

E mais uma vez é ressaltada a atribuição da Cúria Diocesana de Sorocaba:

[...]Art. 3º A administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba fica entregue a Cúria Diocesana.

Art. 4º Competirá à Cúria Diocesana de Sorocaba por intermédio do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade, a contratação dos

²⁵ Prefeitura Municipal de Sorocaba. Lei n.º. 458, 01/12/56, Livro de Arquivo da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

docentes e do pessoal administrativo estritamente necessários ao funcionamento do estabelecimento.

Em 1956 a Faculdade passa por um período de conflitos internos. Membros da direção e corpo docente entram em conflito e um dos problemas relatados são os salários atrasados. Discussões essas que não ficam claras nas atas de reuniões da faculdade, que são verificadas através da divulgação da imprensa.

Outra discussão que pode se observar era o debate entre privatistas e defensores do ensino público, revelado na ata da 29ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, onde alguns professores iniciaram um movimento de estadualização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Aderindo a esse movimento, vários vereadores levam estas questões até a Assembleia Legislativa, onde em primeira discussão aprovam o projeto de Lei 773/57 de autoria do deputado estadual Osny Silveira, que tinha como objetivo a estadualização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba: “Incorpora ao sistema estadual de ensino superior, com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba²⁶”

A Igreja Católica que via nessa estadualização a possibilidade de perda dos poderes administrativos e a influência no ensino superior, mobilizou sua influência e com dois deputados, sendo um deles um padre (Pe. Benedito Mário Calazans), propuseram que o Estado firmasse um convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba via Secretaria de Educação, em vez de estadualizá-lo. Rejeitado pela primeira vez, é aprovado posteriormente em 03/01/1958 na forma da Lei n.º 4.614/58 (DUTRA-JUNIOR, 1999)

Portanto somente em setembro de 1958 o convênio²⁷ foi assinado, fundamentado na Lei n.º4.614/58, onde o Estado, via Secretaria da Educação subvencionaria a Faculdade pelo período de dez anos a partir de 1959, com o valor de dez milhões de Cruzeiros anuais:

²⁶ Assembleia Legislativa, Governo do Estado de São Paulo. Projeto de Lei N° 773, DE 1957 (PL773/57)

²⁷ Assembleia Legislativa, Governo do Estado de São Paulo, Lei n.º4.614/58, 03/01/1958.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio que especifica com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, bem como com as entidades que a mantenham e administrem

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, assim como com as entidades que a mantenham e administrem, convênio que assegure aquela, pelo prazo de 10 (dez) anos, o auxílio anual de Cr\$. 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a manutenção do ensino no mesmo estabelecimento.

§ 1.º - A administração da Faculdade a que alude êste artigo continuará a cargo da Cúria Diocesana de Sorocaba .

§ 2.º - O ensino, entretanto, será gratuito e assegurado, indiferentemente, a todos quantos, no concurso de habilitação, nêles consigam matricular-se, seja qual for a religião que professarem.

Artigo 2.º - Os orçamentos do Estado, (. .vetado ...), consignação, durante 10 (dez) anos, a verba anual de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender as despesas com a execução da presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 3 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Vicente de Paula Lima

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, aos 4 de janeiro de 1958

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

Com o processo de “estadualização” negado, a faculdade continuou com a administração da Cúria Diocesana de Sorocaba. Esse fato ainda é colocado em destaque por alguns jornais, inclusive de circulação estadual

Por 33 votos contra 11, a Assembléia, aprovou ontem, na forma do substitutivo, o projeto de lei n.773/57, do Sr. Osny de Oliveira, que objetivava incorporar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba ao sistema estadual de ensino superior.

Nas condições em que foi aprovado, o projeto não dispõe sobre a incorporação da proposta. Autoriza o Estado a celebrar um convênio

com a Faculdade e com as entidades que e mantenham e administrem, mediante o qual o estabelecimento de ensino receberá anual de 10 milhões de cruzeiro, durante 10 anos.

A administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba continuará a cargo da Cúria Diocesana de Sorocaba²⁸.

A administração da Faculdade passa à Fundação Dom Aguirre (FDA) em 1963, vivendo a partir de então um processo de consolidação e desenvolvimento que fará com que em 1998 a FDA conclua o projeto Universidade de Sorocaba (UNISO).

O que se nota é o papel fundamental da relação de Pe. Pieroni, Gualberto Moreira, Jose Ermírio de Moraes e de certa forma a família Scarpa em todos os processos destacados neste trabalho, funcionando como “engrenagens” para a viabilização da instalação das instituições de educação superior.

²⁸ FACULDADE DE FILOSOFIA DE SOROCABA, Jornal O Estado de São Paulo, 14 de dezembro de 1957.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho constituiu no levantamento de fontes documentais com o intuito de compreender o processo de implementação da Educação Superior em Sorocaba enfatizando a criação da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Instituições essas que foram de grande importância para o processo de consolidação da Educação Superior em Sorocaba.

O início da expansão da educação superior que atingiria Sorocaba no fim da década de 1940 se inicia com o processo de modernização do ensino em 1920. Ao lado da urbanização e de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural. Esse movimento modernizador atingiria a educação.

Contextualizada essas questões, foi possível observar que o crescimento da cidade Sorocaba, apesar das crises econômicas, possuiu uma História intrínseca derivada do desenvolvimento proporcionado pelo processo de industrialização. Esse processo que também colaborou com o desenvolvimento econômico e urbano, fez com que a parcela da população jovem da cidade precisasse ser absorvida pelo mercado de trabalho, o que necessariamente passaria a requerer um nível elevado de escolarização, a educação superior.

Ao analisar o processo de criação da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba na década de 1950 foi observado a presença de segmentos da sociedade sorocabana (poderes executivo, legislativo e judiciário, setor industrial e a Igreja Católica) que se articularam para que a instalação dessas primeiras faculdades começasse a dar resultados.

Apesar dessas articulações resultarem concretamente com a instalação dessas duas faculdades, é de se ressaltar que os resultados foram surpreendentes se considerarmos que no final do Estado Novo, em 1945, encontrara uma Sorocaba numa situação bastante desfavorável às tentativas

de se firmar como um centro de educação superior, sobretudo, pela crise econômica e a alta inflação.

Este trabalho constatou que a falta de médicos no interior paulista era um argumento concreto usado pelo poder público para a necessidade de ampliação da oferta de médicos com uma instituição que os formasse, nesse caso a Faculdade de Medicina de Sorocaba.

Nesse sentido observou-se que no interior do Estado de São Paulo, havia um médico para cada 3.100 habitantes. Na Região Sul, da qual Sorocaba era a cidade mais importante, contabilizaram 26 municípios sem médico. Sorocaba contava com 68 profissionais, incluindo facultativos das cidades vizinhas.

Assim, para dissertar sobre a Educação Superior em Sorocaba, havia em 1948, interessados em criar escolas superiores como o Padre André Pieroni. Ligado à Diocese, Pe. Pieroni projetou implementar uma Faculdade de Filosofia destinada a formar professores para escolas secundárias. Questão que justificaria o exercício da docência, pois a partir da criação de cursos específicos e propedêuticos, em Sorocaba na década de 1940, a profissionalização passou a ser necessária.

Diante disso o que pode ser observado sobre o processo de criação da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba na década de 1950, são uma série de fatores que contribuíram para que o uso de recursos públicos também fosse justificado e fundamentado para a instalação dessas faculdades.

Nesse sentido é notado o papel relevante do Poder executivo em todo processo, funcionando como fio condutor para a viabilização de aportes financeiros, sendo beneficiado na participação da arrecadação de impostos e empréstimos públicos. Outro ponto característico desse processo é a aproximação das autoridades eclesiais com o Executivo Municipal e o Setor Industrial, demonstrado principalmente pela mídia impressa, da década de 1950, a força desses grupos. A participação de Gualberto Moreira, José

Ermírio de Moraes e Pe. André Pieroni Sobrinho representando esses grupos foi fundamental para a efetivação das faculdades.

Contudo esse trabalho, contribuindo para a historiografia local, confirmou a hipótese de como essas primeiras instituições de educação superior foram resultado de uma série de articulações políticas, envolvendo o poder público municipal, o setor industrial e a Igreja Católica.

6 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. **Latin America: the external context, 1928-1982**. Rio de Janeiro: Department of Economics PUC-Rio, 2003.

ALMEIDA, Aluisio. **História da Instrução em Sorocaba**. Piracicaba, SP: Shekinah. 1989.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Pedagogia em foco, Rio de Janeiro, 2001.

BOSCHETTI, Vânia Regina; MACEDO, Samara Eliza; AMARO, Vanelli Pires. Fundindo, Tecendo, Trilhando... Aspectos da Educação Profissional Em Sorocaba. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 21, p. 131-140, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CARNEIRO, Hely Felisberto. **A Faculdade de Medicina de Sorocaba e os 50 Anos de sua história**. Sorocaba, Grafilínea Editora, 1999.

CRUZEIRO DO SUL, Capa. Sorocaba, 14, abril de 1950.

CRUZEIRO DO SUL, Do sonho à realidade. Sorocaba, 15, abril de 1950.

CRUZEIRO DO SUL, Editorial, Sorocaba, 07 de março de 1979

CRUZEIRO DO SUL, Editorial. Sorocaba, 30 de maio de 1979.

CRUZEIRO DO SUL, Sorocaba, 07, março de 1979

CUNHA, Luiz Antônio. GOES, Moacyr de, **O Golpe Na Educação**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

CUNHA, L.A. Ensino superior e universidade no Brasil In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L.M., VEIGA, C.G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed, 1.reimp. Belo Horizonte:Autêntica. 2002.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP/Nupes, 2003.

DUTRA JUNIOR, Joemir. **A Universidade de Sorocaba e uma história do seu curso de História**. 1955-1994. Dissertação (Mestrado em Educação) UNISO, Sorocaba, 1999.

FOLHA DE SOROCABA, Capa. Sorocaba, 26 de março de 1972.

FOLHA POPULAR, Porque votar em Gualberto Moreira?. Sorocaba, 12 de

julho de 1950.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo 1920-1980**. São Paulo: SEADE. 1989.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva**: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. 339f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UNICAMP, Campinas, 1998.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, 2002.

MASSARI, Marco Antônio Leite. **Arquitetura industrial em Sorocaba**: o caso das fábricas têxteis. São Paulo, 2011. 154 p. . Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENON, Og Natal. **A educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e República**. 2000. v. 3. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, v. 1.

NERI, B.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920- 1980**. São Paulo: Fundação SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista, v.1, n.1)

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Educação superior e desenvolvimento no Estado de São Paulo. **Cadernos de História da Educação**, v. 4, 2008.

O ESTADO DE SÃO PAULO , Faculdade de Filosofia De Sorocaba. São Paulo, 14 de dezembro de 1957.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Instalação de uma faculdade de medicina em Sorocaba. São Paulo, 21 de julho de 1949.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Sorocaba entrega Faculdade à PUC. São Paulo, 10 de setembro de 1970.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). (Org.). A educação superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – **Unesco** – Caracas. Porto Alegre – RJ : CAPES, 2002.

ORSO, P. J. **Liberalismo, neoliberalismo e educação**: Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

PUPPO, F. V.; CAIADO, A. S. C. A aglomeração urbana de Sorocaba. In: CANO, W. (Coord.). **Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana**. Campinas, FECAMP, 1992.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In COSTA, Célio Juvenal. **Fontes e métodos em história da educação**. In Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano (organizadores). Dourados, MS: ed. UFGD, 2010.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil**. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

ROMERO NETO, F. **Tropeiro**: memória e esquecimento no resgate da tradição. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2006

SALEM, Tânia. Do centro d. Vital à universidade católica. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**, 1982.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. **São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho**, v. 8, 1991.

SAMPAIO, Helena. Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil. In: **IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, setembro**. 1999.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, 3 (81): 273-290. 2002.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq, 1982

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bouquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, P. C. **De novelo de linha a Manchester paulista. Fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba**. 1995. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **Educação superior no Brasil**. Capes, 2002.

TANNOS, Diana et al. Faculdade De Medicina De Sorocaba/Sorocaba Medical School. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**. ISSN (impresso) 1517-8242 (eletrônico) 1984-4840, v. 14, n. 2, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

ZIMMERMANN, G. A Região Administrativa de Sorocaba. In: FUNDAÇÃO SEADE; SPG. **Cenários da urbanização paulista**: Regiões Administrativas. São Paulo, 1992.